

CEJA >>

CENTRO DE EDUCAÇÃO de JOVENS e ADULTOS

Como você pode verificá-lo no mapa do Continente Americano que definem as especializações dessas fronteiras e fatores que contribuem para o crescimento das terras internas dos países? A divisão territorial dos diversos países é feita por critérios administrativos que dividem o país e determinam a sua soberania, mas, a depender dentro de um país, existem comunidades autônomas, províncias, estados e governos locais que cada país define a sua cultura e compreensão da sua diversidade cultural. Os indivíduos que formam um país são chamados de cidadãos, no entanto, encontra-se em diferentes cantos da África, da Ásia, da América, da Europa, da Oceania e de outros países que vivem sob a influência de um poder político central.



CIÊNCIAS HUMANAS

e suas TECNOLOGIAS >>

História

Fascículo 2
Unidades 3 e 4

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Governador

Wilson Witzel

Vice-Governador

Claudio Castro

SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Secretário de Estado

Leonardo Rodrigues

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

Secretário de Estado

Pedro Fernandes

FUNDAÇÃO CECIERJ

Presidente

Gilson Rodrigues

PRODUÇÃO DO MATERIAL CEJA (CECIERJ)

Coordenação Geral de Design Instrucional
Cristine Costa Barreto

Elaboração de História
Gilberto Aparecido Angelozzi
Gracilda Alves
Sabrina Machado Campos
Denise da Silva Menezes do Nascimento
Márcia Pinto Bandeira de Melo
Marcus Ajuruam de Oliveira Dezemone

José Ricardo Ferraz
Priscila Aquino da Silva
Inês Santos Nogueira
Renata Moraes
Erika Arantes
Maria José Carvalho
Rafael Cupello Peixoto
Gustavo Souza
Claudia Affonso

Revisão de Língua Portuguesa
Anna Maria Osborne
José Meyohas

Coordenação de
Desenvolvimento Instrucional
Bruno José Peixoto
Flávia Busnardo
Paulo Vasques de Miranda

Desenvolvimento Instrucional
Anna Maria Osborne

Coordenação de Produção
Fábio Rapello Alencar

Assistente de Produção
Bianca Giacomelli
Projeto Gráfico e Capa
Andreia Villar

Imagen da Capa e da Abertura das Unidades
Andreia Villar

Diagramação
Camille Moraes
Filipe Dutra
Fernanda Novaes
Larissa Averbug
Mario Lima
Núbia Roma

Ilustração
Clara Gomes
Fernando Romeiro
Renan Alves
Vinicius Mitchell

Produção Gráfica
Patrícia Esteves
Ulisses Schnaider

Sumário

**Unidade 3 | Conhecendo nossas raízes: como pensavam
e o que queriam os primeiros “brasileiros”**

5

Unidade 4 | O Brasil Império: o surgimento de uma nação

41

Prezado(a) Aluno(a),

Seja bem-vindo a uma nova etapa da sua formação. Estamos aqui para auxiliá-lo numa jornada rumo ao aprendizado e conhecimento.

Você está recebendo o material didático impresso para acompanhamento de seus estudos, contendo as informações necessárias para seu aprendizado e avaliação, exercício de desenvolvimento e fixação dos conteúdos.

Além dele, disponibilizamos também, na sala de disciplina do CEJA Virtual, outros materiais que podem auxiliar na sua aprendizagem.

O CEJA Virtual é o Ambiente virtual de aprendizagem (AVA) do CEJA. É um espaço disponibilizado em um site da internet onde é possível encontrar diversos tipos de materiais como vídeos, animações, textos, listas de exercício, exercícios interativos, simuladores, etc. Além disso, também existem algumas ferramentas de comunicação como chats, fóruns.

Você também pode postar as suas dúvidas nos fóruns de dúvida. Lembre-se que o fórum não é uma ferramenta síncrona, ou seja, seu professor pode não estar online no momento em que você postar seu questionamento, mas assim que possível irá retornar com uma resposta para você.

Para acessar o CEJA Virtual da sua unidade, basta digitar no seu navegador de internet o seguinte endereço:
<http://cejarj.cecierj.edu.br/ava>

Utilize o seu número de matrícula da carteirinha do sistema de controle acadêmico para entrar no ambiente. Basta digitá-lo nos campos “nome de usuário” e “senha”.

Feito isso, clique no botão “Acesso”. Então, escolha a sala da disciplina que você está estudando. Atenção! Para algumas disciplinas, você precisará verificar o número do fascículo que tem em mãos e acessar a sala correspondente a ele.

Bons estudos!

Como você pode sentir, a espacialização no mapa do Brasil que define os territórios das fronteiras e litorâneas, é feita a partir dos critérios de diversidade cultural e administrativa. A divisão territorial dos diversos países por meio de comunidades que dividem o território é determinada na medida em que cada país é dividido em províncias, departamentos, distritos e municípios. A cultura e compreensão a sua diversidade é fundamental para a compreensão do indivíduo brasileiro. Os indivíduos que formam um país são unidos por canos, no entanto, encontram壁垒, 無法在不同的文化中生存, 例如在印度的领土上, 中国文化的某些部分, 尤其是那些居住在那里的人民。他们生活在自己国家的领土上, 但同时受到其他国家的影响。这是由于历史的原因, 也是由于政治和经济的因素。因此, 在理解一个国家的文化时, 我们必须考虑到它的多样性, 以及它与其他国家的关系。

A divisão territorial dos diversos países é feita por meio de comunidades que dividem o território é determinada na medida em que cada país é dividido em províncias, departamentos, distritos e municípios. A cultura e compreensão a sua diversidade é fundamental para a compreensão do indivíduo brasileiro. Os indivíduos que formam um país são unidos por canos, no entanto, encontram壁垒, 無法在不同的文化中生存, 例如在印度的领土上, 中国文化的某些部分, 尤其是那些居住在那里的人民。他们生活在自己国家的领土上, 但同时受到其他国家的影响。这是由于历史的原因, 也是由于政治和经济的因素。因此, 在理解一个国家的文化时, 我们必须考虑到它的多样性, 以及它与其他国家的关系。



Conhecendo nossas raízes: como pensavam e o que queriam os primeiros “brasileiros”

Fascículo 2
Unidade 3

Conhecendo nossas raízes: como pensavam e o que queriam os primeiros “brasileiros”

Para início de conversa...

Você já viu algum desses monumentos? São considerados patrimônios.
Você sabe o que é um patrimônio e o que eles representam?



Figura 1: Patrimônio histórico e cultural: danças e ritos.

Figura 2: Patrimônio histórico e cultural: esculturas do Aleijadinho.

Quando refletimos sobre o que é patrimônio, logo pensamos em algo herdado do passado e que transmitiremos às gerações futuras. Não é por acaso que a palavra patrimônio se origina do vocábulo latino *pater* (pai ou paterno). O patrimônio pode ser material, como uma casa e um palácio, ou imaterial, como a forma de se fazer um doce em panela de barro. As imagens acima, por exemplo, são consideradas patrimônios, pois mostram bens culturais ou monumentos de valor histórico e artístico e representam fatos, movimentos sociais ou personagens significativos da nação, região ou local.

Pois bem, a primeira imagem é uma referência a um patrimônio imaterial, uma dança, um precioso bem de nossa cultura. Já a segunda, é conhecida como “Os Doze Profetas”, o conjunto de esculturas monumentais em pedra-sabão, realizado entre 1795 a 1805, e que marcaria definitivamente a obra do artista Antônio Francisco Lisboa, conhecido como Aleijadinho. Feitos para o adro dianteiro do Santuário do Senhor Bom Jesus de Matosinhos, de Congonhas do Campo, em Minas Gerais, “Os Doze Profetas” é um dos exemplos mais contundentes do desenvolvimento do barroco no Brasil, e talvez a sua última grande manifestação.

Mas o importante para você, nesta unidade, é saber que esses patrimônios estão associados a movimentos sociais ocorridos no Brasil Colônia! Aqui, estudaremos alguns movimentos dos séculos XVII e XVIII, bem como a crise do último século e a vinda da família real para o Brasil.

E retomando nosso papo! Movimentos sociais, você sabe o que são? Então, vamos aprender um pouco mais sobre eles?

Objetivos de aprendizagem

- Reconhecer o significado dos movimentos sociais;
- Reconhecer a importância da herança cultural e patrimonial na formação de um povo;
- Discutir os ideais de liberdade e igualdade presentes nesses movimentos;
- Identificar a relação entre os movimentos sociais da colônia com os do nosso tempo;
- Identificar as mudanças ocorridas na América Portuguesa com a chegada de D. João;
- Reconhecer as mudanças internas como resultado do relacionamento do Brasil com o mundo.

Seção 1

Movimentos Sociais na América Portuguesa – Séculos XVII e XVIII

Os movimentos sociais referem-se às ações coletivas de um grupo organizado em busca de mudanças sociais, de acordo com seus interesses, valores ou ideologias. Refletindo as tensões de uma sociedade, às vezes, esses movimentos podem se tornar revolucionários, reformadores, ou objetivarem alguma mudança específica na organização social.

Desse modo, é inadequado pensarmos que o povo brasileiro é pacífico e não briga pelos seus propósitos. As manifestações ou protestos que acompanhamos recentemente em nosso país, principalmente nos meses de junho e julho de 2013, expressam uma reação de caráter público em que os manifestantes se organizaram com o objetivo de terem suas opiniões ouvidas, bem como suas demandas e reivindicações atendidas. Assim, poderiam influenciar a política de governo, pedindo justiça social, transparência e fim da corrupção, entre outras reivindicações da pauta.

Mas isso é novidade? Não, e veremos isso a partir de agora. Existem registros de movimentos sociais no Brasil desde o primeiro século da colonização até nossos dias. Esses movimentos demonstram que os brasileiros nunca foram passivos e sempre procuraram, de uma ou de outra forma, lutar em defesa de suas ideias e interesses.

Assim, veremos que o povo que habitava a América Portuguesa, o futuro país chamado Brasil, já nos deixava como herança, a força da luta por justiça e dias melhores. É deste modo que vamos compreendendo a importância dos patrimônios serem preservados, vistos e admirados por todos nós, brasileiros.

Por que América Portuguesa?

Expressão difundida por Sebastião da Rocha Pita na sua História da América Portuguesa editada em 1730. (...) Refletir sobre o sentido original dessa expressão, e sua relação com a construção de uma história oficial do Brasil, permite discutir a recente retomada do termo, elevado à condição de conceito. Caído em desuso por longo tempo, o termo foi reabilitado, dentre outros, por Fernando Novais, que justifica o uso dessa expressão para evitar o anacronismo de "Brasil colônia" ou "período colonial da história do Brasil" expressões evitadas de um sentido construído a posteriori, dado que os contemporâneos não tinham consciência de que viviam uma fase particular da história. América Portuguesa seria, para Novais, termo mais apropriado para "tentar surpreender um processo em gestação".

(HERMANN, Jacqueline. In: VAINFAS, Ronaldo (Dir.). *Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000. p. 36).



Nesta seção, estudaremos alguns dos movimentos sociais da América Portuguesa, Brasil, nos séculos XVII e XVIII. Provavelmente, vocês já ouviram falar de alguns deles, mas, agora irão compreender o que foram, por que lutavam e quem os protagonizaram.

Vamos começar com os primeiros habitantes dessa terra: os índios. Como reagiram à presença portuguesa?

Os indígenas que viviam na América Portuguesa lutaram pelos seus interesses assim como os negros africanos. O índio brigou pela terra, e logo no início da nossa história, entre 1555 e 1567, surgiu a Confederação dos Tamoios. Mas o que foi isso?



Figura 3: *O Último Tamoyo*, 1883, óleo sobre tela, retratando a morte do cacique Aimberê, atendido por um padre jesuíta. Obra do consagrado artista Rodolfo Amoêdo que se destacou pela produção de grandes telas, voltadas para o indianismo. A obra faz parte do acervo do Museu Nacional de Belas Artes.

A Confederação dos Tamoios foi a união de vários chefes indígenas (caciques) que viviam nas regiões do litoral norte do atual Estado de São Paulo e no litoral sul fluminense até onde, atualmente, se localiza a cidade de Cabo Frio. Lutavam contra a violência do colonizador português em relação aos índios Tupinambás, pois muitos desses índios eram aprisionados como escravos.

Os portugueses contavam com a aliança dos índios Guaianases. Essa aliança nasceu de um casamento entre um branco e a filha de um cacique guaianás. Por outro lado, os Tupinambás receberam a ajuda dos franceses que, nesse momento, invadiram a região onde hoje é a cidade do Rio de Janeiro e fundaram uma colônia chamada França Antártica. Os franceses viram nessa confederação uma forma de garantir a posse sobre a terra invadida. Somente com a chegada de Estácio de Sá, fundador da cidade do Rio de Janeiro, se encerrou o conflito, e os portugueses passaram a optar pela importação de escravos, os negros africanos.

Saiba Mais

Mas foi só? Importaram os africanos e acabou a luta indígena?

No século XVII, os índios voltaram à cena com a Guerrilha dos Muras, onde lutaram contra os luso-brasileiros e defenderam seu território da presença portuguesa na Amazônia. Os Muras eram uma nação indígena nômade, habitavam a região dos rios Solimões, Madeira e Amazonas, viviam em canoas e lutavam atacando embarcações comerciais portuguesas. Mesmo com desvantagem nas armas, esses índios desenvolveram técnicas de guerrilha, ficavam em ponto estratégicos dos rios e atacavam as embarcações portuguesas que passavam. Essa briga entre os Muras e portugueses durou mais de cem anos, terminando apenas no final do século XVIII. Em defesa de seu território, ameaçado pela presença do colonizador, os muras lutaram e causaram grande prejuízo para os comerciantes portugueses.

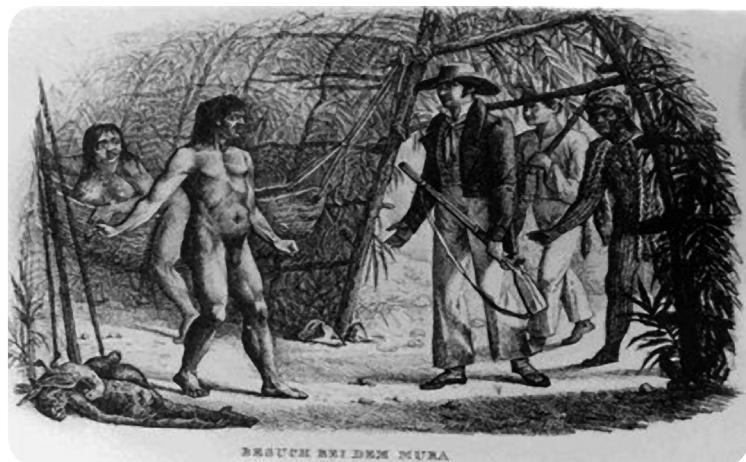


Figura 4: A presença mura no sistema hidrográfico do rio Madeira é documentada desde o início do século XVIII.

Ainda podemos citar a resistência dos índios guaicurus, no atual Mato Grosso do Sul, de 1725 até 1744. Povo de grandes cavaleiros, eles resistiram às presenças ameaçadoras tanto dos portugueses quanto dos espanhóis. Os guaicurus eram aliados dos Guaianás e a resistência desses povos perdurou durante os séculos XVIII e XIX.



Figura 5 e Figura 6: Telas de Debret – Títulos das Obras: *Chefe Guaicuru*, 1834 e *Índios Guayanases*, 1834.

E os negros africanos?

A hora de resistir: Quilombos – Você sabe o que foi?

Segundo o historiador Luiz Felipe de Alencastro, o Brasil recebeu oito vezes mais africanos do que portugueses até 1850, tornando-se o campeão mundial da escravidão e o país com mais afrodescendentes fora da África. Para ter uma ideia, no período citado acima, o Brasil captou 43%, enquanto os Estados Unidos, de 1650 a 1808, receberam 5,5% dos africanos trazidos para as Américas.

Enfim, para aquele historiador, a colonização do Brasil foi muito mais africana do que europeia. Pensando nos números apresentados pelo professor/historiador, fica difícil acreditar que tantos africanos aceitavam a escravidão de modo passivo.

Saiba Mais

Durante estes três séculos, vieram para este lado do Atlântico milhões de africanos que, em meio à miséria e ao sofrimento, tiveram coragem e esperança para constituir as famílias e as culturas formadoras de uma parte essencial do povo brasileiro. Arrancados para sempre de suas famílias, de sua aldeia, de seu continente, eles foram deportados por negreiros luso-brasileiros e, em seguida, por traficantes genuinamente brasileiros que os trouxeram acorrentados em navios, arvorando o auriverde pendão de nossa terra, como narram estrofes menos lembradas do poema de Castro Alves.

ALENCASTRO, Luiz Felipe. *O pecado original da sociedade e da ordem jurídica brasileira*. 2010. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-3300201000020001&script=sci_arttext>. Acesso em 27 out. 2014.

Pois é! A fuga em busca da liberdade foi um dos modos mais conhecidos de resistência dos escravos. Eles fugiam e se refugiavam no meio da mata, juntavam-se a outros escravos e formavam comunidades fortificadas que chamamos *quilombo* – termo que vem de um dialeto banto "ochilombo" e, originalmente, significava acampamento de nômades. No Brasil, a palavra tomou uma nova dimensão: chamava-se *quilombo* uma comunidade de escravos fugitivos e que se tornaram núcleos de resistência à escravidão. E os quilombos não foram poucos! Olhem o mapa!



Figura 7: Quilombos no Brasil.

O mais famoso de todos os quilombos foi o de Palmares, localizado na Serra da Barriga, em Alagoas. Foi criado no final do século XVI e chegou a abrigar uma população de quase 30 mil pessoas. Com a invasão holandesa, em 1630, muitos senhores abandonaram suas terras, o que facilitou a fuga de escravos, fazendo o quilombo crescer e se transformar em uma ameaça aos holandeses e aos grandes fazendeiros da região. Palmares não abrigava apenas os negros, ali estavam reunidas várias etnias que compõem o Brasil dos excluídos – mestiços, brancos pobres e índios. O

seu crescimento começou a incomodar as autoridades, que confiaram a tarefa de destruí-lo ao bandeirante Domingos Jorge Velho, o que aconteceu em 1695. Zumbi, seu último líder, que lutou pela liberdade, é considerado herói da resistência negra e a data de sua morte, 20 de novembro, deu origem ao dia da consciência negra.

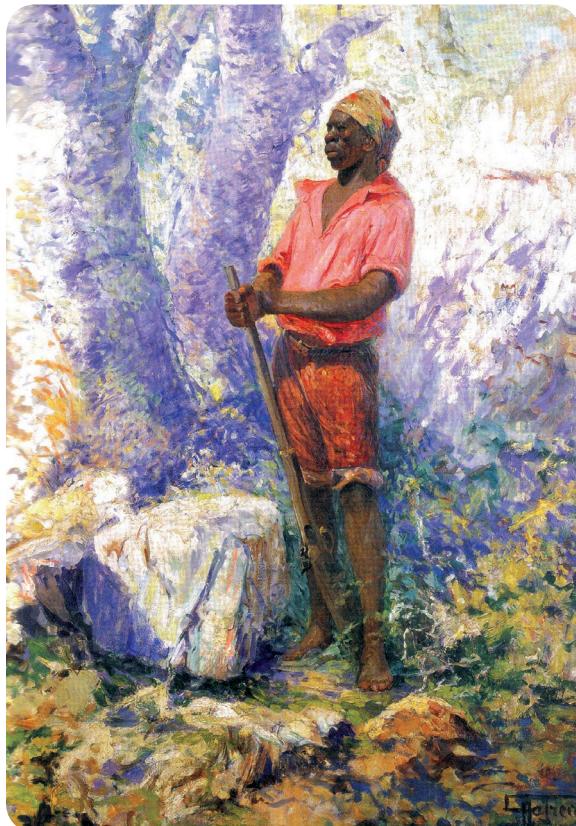


Figura 8: Tela de Antônio Parreiras, de 1927, retrata Zumbi.

Saiba Mais

No período republicano, iniciado em 1889, o termo “quilombo” é ignorado pela legislação brasileira. Reaparece na Constituição de 1988, como categoria de acesso a direitos, dando aos quilombos o caráter de “remanescentes”.

As comunidades quilombolas se caracterizam pela prática do sistema de uso comum de suas terras, concebidos por elas como um espaço coletivo e indivisível, cujas relações são orientadas pela solidariedade e ajuda mútua.

São, portanto, cerca de cem anos transcorridos entre a abolição até a aprovação do Artigo 68º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, cujo conteúdo reconhece os direitos territoriais das comunidades quilombolas e dispõe que aos remanescentes das comunidades dos quilombos, que estejam ocupando suas terras, é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos.

(fonte: <http://www.seppir.gov.br/arquivos/pbq.pdf>)

No processo de escravização de negros na América Portuguesa, o professor/historiador Alencastro nos lembra da participação dos bandeirantes paulistas, que ajudaram na eliminação de quilombos e na escravização dos índios. Vamos ver quem foram os Bandeirantes! O que desejavam e o que fizeram?

As Bandeiras

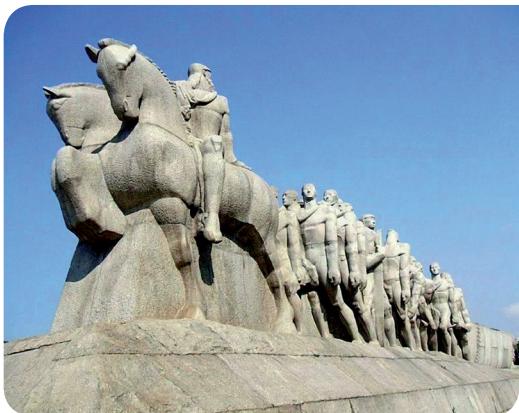


Figura 9: Monumento às Bandeiras.

Esta imagem é um monumento às Bandeiras e homenageia as conquistas e esforços dos bandeirantes para desbravar o país. Você sabe quem foram eles e o que fizeram? E na cidade do Rio de Janeiro, o bairro "Recreio dos Bandeirantes", será que tem a ver com isso que estamos estudando?

Esse monumento, de autoria de Victor Brecheret, representa a visão que naquela época se tinha dos bandeirantes: homens aventureiros que arriscavam suas vidas no desbravamento de terras. Nele também estão representadas as etnias que participaram das bandeiras, como os negros, mamelucos e índios, todos em uma união de forças para carregar a canoa das monções, que eram as expedições fluviais que mantiveram as comunicações entre a capitania de São Paulo e o interior da América portuguesa.

As bandeiras foram expedições que partiram, em sua maioria, do atual Estado de São Paulo, deslocaram as fronteiras do território brasileiro, e tinham basicamente três objetivos: a caça ao índio; a captura de escravos fugidos (sertanismo de contrato) e, finalmente, a busca pelo ouro. Naquela época, na região de São Vicente, onde temos atualmente a cidade de São Paulo, os habitantes plantavam e colhiam seus alimentos. Como eram pobres e não tinham condições de comprar um grande número de escravos africanos, as primeiras bandeiras foram para “caçar índios” e vendê-los como escravos.

Outra forma que os paulistas acharam para se sustentar era prestar serviços aos senhores de terra e de escravos, e, nesse caso, um dos seus principais serviços era a descoberta de quilombos, a destruição dos mesmos e a devolução dos negros fugidos aos seus senhores. Por fim, a razão pela qual eles ficaram mais conhecidos: a descoberta de ouro e de pedras preciosas no território das Minas Gerais.

Sem dúvida, a descoberta de ouro na América Portuguesa, no final do século XVII, mudou a vida da colônia, como você verá em outra unidade, e deu origem à chamada Guerra dos Emboabas (1708-1709), pois os bandeirantes paulistas desejavam exclusividade na exploração do ouro e por isso entraram em conflito com os portugueses.

Porém, uma herança inquestionável deixada por esses homens, os Bandeirantes, foi o alargamento do território da América portuguesa. As bandeiras interiorizaram a colonização, e o Tratado de Tordesilhas, assinado entre Portugal e Espanha, foi ultrapassado por essas expedições, dando ao Brasil o contorno que hoje temos.

Quanto ao bairro carioca, o nome "Recreio dos Bandeirantes" veio do fato de esse bairro abrigar, inicialmente, as casas de veraneio de paulistas, daí a referência ao nome Bandeirantes. Viu? Mais uma curiosidade que agora você já conhece!

Observe o mapa a seguir:

Atividade

As Bandeiras de apresamento

Bandeiras de apresamento e o sertanismo de contrato.

<http://www.multirio.rj.gov.br/historia/modulo01/tema56.html>

A partir do mapa, explique como as bandeiras contribuíram para as alterações no território da América Portuguesa.

Mas... e os movimentos sociais dos habitantes luso-brasileiros no século XVIII?

Lembra-se do Aleijadinho e da sua obra, "Os Doze Profetas", apresentada no início da unidade? Pois bem, não se esqueça dela, já que entraremos na região de Minas Gerais, terra do nosso artista, no período da mineração, e onde ocorreu um dos mais famosos movimentos sociais desse período: a Inconfidência Mineira. Junto com esse movimento, também podemos destacar as Conjurações Baiana e a Carioca.

O que elas têm em comum? Desejavam a separação do Brasil de Portugal, ou explicando de modo mais direto, como eles falavam: queriam a Independência.

E agora veremos o que cada uma tem de especial!

Leia com atenção o texto a seguir:

“

Os três movimentos – as conjurações Mineira, Carioca e Baiana – tiveram, a despeito de suas diferenças, duas características comuns: o mesmo ideário social e político, contrário à discriminação jurídica da sociedade estamental e ao absolutismo; e a oposição ao sistema colonial, que se apresentava cada vez mais defituoso e anacrônico sob o ponto de vista dos interesses de proprietários rurais, mineradores, intelectuais e artífices.

(WELLING, Arno e WELLING, Maria José C.M. *Formação do Brasil Colonial*. Rio de Janeiro. Nova Fronteira. 1999. P. 344)

”

Inconfidência Mineira – 1789

Foi o primeiro movimento chamado de separatista e contava com a participação de intelectuais, muitos deles filhos dos senhores de minas e escravos, que estudaram na Europa. Lá, tomaram conhecimento do movimento chamado Iluminismo e das suas ideias novas e questionadoras de toda a organização social, política e econômica da época.

Ao mesmo tempo em que as Treze Colônias Inglesas na América, (atual Estados Unidos) se tornavam independentes da Inglaterra, em 1776, começaram a surgir as discussões sobre a independência da América Portuguesa, como uma forma de romper os laços com a administração metropolitana. As altas cobranças de impostos na região mineradora passaram a ser questionadas e a **Derrama** foi o estopim do movimento, que teve sede em Ouro Preto, na região das Minas Gerais.

Derrama

Direito reservado à Coroa portuguesa de cobrar o montante de ouro que complementaria o quinto (tributo de 20%), ficando a população obrigada a contribuir de acordo com suas possibilidades.

(BOTELHO, Ângela Vianna e REIS, Liana Maria. Dicionário Histórico Brasil – Colônia e Império. Belo Horizonte: [s.l], 2001.)

Os participantes defendiam a separação do Brasil de Portugal, a necessidade de uma universidade, a formação de uma República, mas não reivindicavam a abolição da escravatura. Denunciada por Joaquim Silvério dos Reis, a **devassa** iniciou antes da cobrança da Derrama, fazendo com que a conjuração fosse desmantelada e seus participantes foram acusados do crime de “lesa-majestade”.

Devassa

Inquérito de caráter judicial ou religioso para apuração de ações criminosas ou processo que encerrava as provas de um ato criminoso. (...) As devassas judiciais eram abertas pelas autoridades coloniais quando ocorriam inconfidências ou mesmo suspeitas sobre atos que pudessem ameaçar a Coroa Portuguesa.



Saiba Mais

“Lesa-majestade quer dizer traição cometida contra a pessoa do Rei, ou seu Real Estado, que é tão grave e abominável crime, e que os antigos Sabedores tanto estranharam, que o comparavam à lepra; porque assim como esta enfermidade enche todo o corpo, sem nunca mais se poder curar, e empece ainda aos descendentes de quem a tem, e aos que com ele conversam, pelo que é apartado da comunicação da gente: assim o erro de traição condena o que a comete, e empece e infama os que de sua linha descendem, posto que não tenham culpa.”

(*Ordenações Filipinas*, Livro V, título 6 In <http://www.cfopm.uema.br/xavier.php>)

De todos os presos, somente Tiradentes, Joaquim José da Silva Xavier, foi condenado à morte, em 1792. Após a execução, em 21 de abril do mesmo ano, a casa onde ele viveu foi demolida por ordem da rainha D. Maria I, o terreno foi salgado, e nada mais deveria ser construído no local. Esquartejado, suas partes foram expostas no caminho para Vila Rica, atual Ouro Preto, para onde a cabeça foi levada, depois de salgada, e colocada em uma gaiola presa numa estaca em frente à sede do governo, onde ela deveria ficar até que “o tempo a consumisse.”

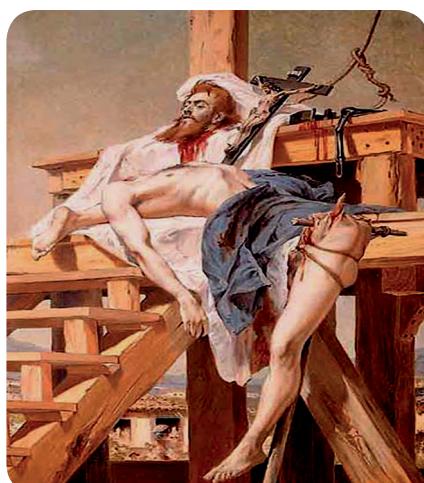


Figura 10: Tiradentes esquartejado.

O movimento passou a ser o símbolo de resistência e liberdade para Minas, e seu mártir, Tiradentes, ganhou o status de herói nacional durante a República, pela Lei 4897, de 09.12.1965.

E as Conjurações? Vamos começar pela Baiana

A Conjuração Baiana, também conhecida como Revolta dos Alfaiates, ou ainda, Revolta dos Búzios, ocorreu em 1798, e tinha, além da intenção de separar o Brasil de Portugal, propostas de mudanças sociais e políticas. A cidade de Salvador era palco de uma grave crise econômica e de carestia dos preços dos alimentos e outros produtos essenciais. A transferência da capital para o Rio de Janeiro também contribuiu para a crise da cidade.

O movimento defendia a formação de uma República, aumento dos salários dos soldados e a igualdade e liberdade entre as pessoas. Portanto, esse movimento já defendia o fim da escravidão no Brasil. Sua natureza mais popular pode ser comprovada quando conhecemos seus líderes: os soldados Lucas Dantas e Luís Gonzaga das Virgens, e os alfaiates Manuel Faustino dos Santos Lira e João de Deus do Nascimento. Entenderam por que o movimento ficou conhecido como a Revolta dos Alfaiates?

Além desses nomes, a Conjuração contava com a participação de intelectuais, comerciantes, escravos e ex-escravos. Mas, assim, como a Inconfidência Mineira, foi delatada e seus quatro principais líderes condenados à morte.

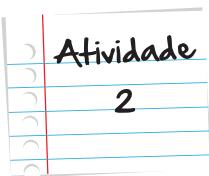
O reconhecimento dos seus líderes como heróis só chegou bem mais tarde, com a Lei 12.391/2011, da presidente Dilma Rousseff, que transformou os heróis da Conjuração Baiana em Heróis da Pátria.

“

Manifesto da Conjuração Baiana

O Poderoso e Magnífico Povo Bahinense Republicano desta cidade da Bahia Republicana considerando nos muitos e repetidos latrocínios feitos com os títulos de imposturas, tributos e direitos que são celebrados por ordem da Rainha de Lisboa, e no que respeita a inutilidade da escravidão do mesmo povo tão sagrado e digno de ser livre, com respeito a liberdade e a igualdade ordena manda e quer que para o futuro seja feita nesta Cidade e seu termo a sua revolução para que seja exterminado para sempre o pecílio jugo ruinável da Europa (...) Portanto fai saber e da ao prelo que se axão as medidas tomadas para o socorro Estrangeiro, e progresso do Comércio de Açucar, Tabaco e pau brasil e todos os mais gêneros de negociação e mais viveres; com tanto que aqui virão todos os Estrangeiros tendo porto aberto, mormente a Nação Franceza, outro-sim manda o Povo(...); dizendo que he inútil a liberdade Popular; também será castigado todo aquele homem que cair na culpa dita não havendo senção de qualidade para o castigo. Quer o Povo que todos os Membros militares de linha, milícias e ordenanças; homens brancos, pardos e pretos, concorrão para a Liberdade Popular; manda o Povo que cada hum soldado perceba de soldo doustustões cada dia, além das suas vantagens que





Atividade

2

serão relevantes. O Povo será livre do dispotismo do rei tirano, ficando cada hum sujeito as Leis do novo Código e reforma de formulário: será maldito da sociedade Nacional todo aquele ou aquela que for inconfidente a Liberdade coherente ao homem, e mais agravante será a culpa havendo dolo eclesiástico; assim seja entendido alias...

Adaptação de texto disponível: <http://www.institutobuzios.org.br/documentos/MANIFESTO%20DA%20CONJURA%C7%C3O%20BAIANA.pdf>



A partir deste documento, retire alguns trechos que possam exemplificar o ideal de liberdade e igualdade dos revoltosos.

Conjuração Carioca

A Conjuração Carioca foi uma onda de repressão do governo português, em 1794, aos intelectuais que se reuniam no Rio de Janeiro em uma Sociedade Literária que tinha como objetivo discutir temas e textos filosóficos, principalmente, os ligados às ideias do Iluminismo. Embora, no início, fossem debatidos assuntos mais científicos, como o método de extração da tinta do urucum ou os efeitos do álcool no organismo, aos poucos, os debates começaram a ganhar tons políticos e ideológicos, refletindo a insatisfação dos colonos em relação à administração metropolitana e acabaram chamando a atenção das autoridades coloniais.

Os acontecimentos que envolveram a Inconfidência Mineira e a simpatia do grupo intelectual pelas ideias republicanas e iluministas levaram o vice-rei, Conde de Rezende, a mandar prender seus integrantes e acusá-los de subversão. No entanto, dois anos após os acontecimentos, os membros da Sociedade Literária foram libertos e considerados inocentes, já que não houve prova contra eles.

Mas foram só esses os movimentos dos séculos XVII e XVIII?

Observe este quadro.

Quadro 1: Movimentos ocorridos nos séculos XVII e XVIII, no Brasil.

Período	Movimento
1645-1654	Insurreição Pernambucana (Guerra da Luz Divina) – Pernambuco e Paraíba
1660-1661	Revolta da Cachaça – Rio de Janeiro
1684-1685	Revolução de Beckman – Maranhão
1710	Guerra dos Mascates – Pernambuco
1711	Motim do Maneta ou Revolta do Juiz do Povo – Bahia
1720	Revolução de Vila Rica ou Felipe dos Santos – Minas Gerais
1736	Sedição dos Ponteados do Norte – Minas Gerais

Viu? Foram muitos os movimentos ocorridos nesses séculos e, de forma geral, todos lutavam contra o poder metropolitano, ou seja, a administração e domínio português. Um dos motivos mais correntes desses movimentos era a alta cobrança de impostos e abusos de poder por parte do governo, levando os habitantes da colônia a se rebelarem.

Seção 2:

E a colônia mudou! Como e por quê?

As transformações sociais, políticas e culturais no século XVIII

As bandeiras expandiram o território da América portuguesa, ajudando o desenvolvimento da economia. Os movimentos sociais passaram a discutir as ideias de liberdade e igualdade, assim como, as políticas metropolitanas foram constantemente questionadas... Pois é... Não se aceitava mais passivamente as determinações de Portugal... Mas por quê?

Novamente, iremos voltar aos monumentos apresentados no início desta unidade: lembra-se dos “Doze Profetas” de Aleijadinho?

Aleijadinho, durante sua vida, sempre trouxe a temática religiosa para suas obras e, no período da queda da mineração e da Inconfidência Mineira, trabalhou a temática da Paixão de Cristo. Mas, quando, ao final do século XVIII se iniciava uma série de transformações, o artista trabalhou os profetas... aqueles que antecipam o futuro... não é?! Viu o simbolismo? O futuro está chegando, é o que podemos ver com essa obra!... E chegou! O século XIX foi o século da virada!

Por que o artista retratou a esperança nos profetas? O que viria de mudança? Foi a descoberta do ouro? O que mudou com a mineração? Você já deve ter estudado a importância econômica desse período para o Brasil e Portugal. Mas o que veremos agora é que essas mudanças também se deram no campo cultural, social e político.

Bem diferente da região açucareira, a sociedade que nasceu com a mineração, tinha um caráter urbano, e várias cidades surgidas no século XVIII atingiram um grau de desenvolvimento que as destacaram tanto no cenário nacional, que elas acabaram se tornando patrimônio, e por isso, algumas ainda permanecem conservadas até hoje.



Saiba Mais

“(...) nesta perspectiva, para entendermos o significado de patrimônio histórico precisamos primeiro compreender o que é monumento. Para Jacques Le Goff, monumento é tudo o que pode evocar o passado e recordar, até mesmo o escrito. Para ele, a diferença entre monumento e documento não está no ato de o primeiro ser vestígio material e o outro, vestígio escrito, mas está no fato de que o monumento é voluntariamente selecionado pela sociedade para lembrar o passado que ela escolheu lembrar. (...) Le Goff foi mais além afirmando que todo documento tem sua dose de monumento, ou seja, não é imparcial. A crítica ao documento, assim, não é novidade, mas precisamos também fazer a crítica do monumento.”

(Fonte: SILVA, Kalina Vanderlei, SILVA, Maciel H. *Dicionário de conceitos históricos*. São Paulo: Contexto, 2006. p. 327.)

O ouro das Minas Gerais

A descoberta do ouro em Minas Gerais teve profundos reflexos na vida da América portuguesa, como o deslocamento de seu centro econômico do Nordeste (Pernambuco e Bahia) para o Sul (Minas Gerais e Rio de Janeiro). Além disso, trocou-se a atividade econômica rural e agrária e o regime latifundiário, como na Bahia e Pernambuco, por uma economia urbana, de cunho comercial e com maior mobilidade. Era um novo tipo de vida social que surgia, mas, fique atento, pois, o modo antigo não desapareceu completamente, e a vida rural ainda se fazia presente no século XVIII.

As pessoas passaram a habitar e conviver em cidades, onde se desenvolviam o comércio e a cultura. A estabilização permitiu o surgimento de uma sociedade mais culta, constituída de funcionários da Coroa, magistrados, mineradores e comerciantes, sendo que muitos deles estudaram na Europa, assimilando os ideais iluministas e levando para a Colônia os modismos artísticos e intelectuais da Europa.

E das cidades nascidas na época, Ouro Preto, a antiga Vila Rica, dotada de uma arquitetura barroca, criada por artistas como Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho, Manoel da Costa Ataíde e com a participação de escravos, tornou-se palco de manifestações culturais e históricas do “ciclo do ouro” no Brasil. A sua importância foi tão destacada que Ouro Preto acabou se transformando na primeira cidade brasileira a ostentar o título de “Patrimônio Cultural da Humanidade”, concedido pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), em 1980.

Como a vida passou a ser urbana novos grupos ganharam destaque: comerciantes, artesãos, artistas, entre outros. Nascia naquela sociedade um grupo que podemos chamar classe média (intermediária), entre os escravos e os proprietários. Por outro lado, encontravam-se nas vilas, homens brancos pobres e mulatos alforriados que formavam uma massa humana capaz de ser aproveitada pelas autoridades como mão de obra para construções públicas ou em destacamento militares para áreas distantes. Mas o preconceito contra homens pobres e ex-escravos era comum na época.

Mas, e a cultura? Esta também mudou, cresceu e se fez presente.

A riqueza produzida na região mineradora permitiu que muitas igrejas fossem construídas, que artistas fossem surgindo com suas decorações cada vez mais sofisticadas e patrocinadas pelas Irmandades. As disputas entre elas acabaram se tornando inevitáveis, e as **Irmandades** não dispensavam esforços e recursos para contratar os melhores artífices, entalhadores, pintores e construtores, não só da Colônia, como também da Metrópole, para embelezar e manter seus templos. E assim elas se tornaram responsáveis pela construção e manutenção de grande parte das igrejas mineiras conhecidas e contribuíram para a criação de verdadeiras obras de arte, inspiradas em motivos sagrados, sendo esta uma característica principal do movimento artístico chamado Barroco Mineiro.

Irmandades

Eram associações de leigos, formadas nos centros urbanos coloniais e marcadas pelo caráter assistencialista e de ajuda mútua entre os indivíduos que dela faziam parte, denominados irmãos. Estes, ao entrarem para a Irmandade, deveriam prestar juramento, estando de acordo e cientes dos princípios do Compromisso (estatuto ou regulamento de direitos e deveres), que era aprovado pelo rei ou pela Igreja Católica.

(BOTELHO, Ângela Vianna e REIS, Liana Maria. *Dicionário Histórico Brasil – Colônia e Império*. Belo Horizonte: [s.l.], 2001. p.101)

BARROCO

"Conceito que tanto pode designar um estilo artístico, literário ou musical quanto um período cronológico ou mesmo uma certa mentalidade. A origem do termo é controvérsia e impossível de determinar com rigor. (...) Nas artes plásticas, o Barroco tem sido caracterizado por uma grande variedade de traços, em que se destacam a exuberância das formas, o gosto pelas oposições (como o uso do claro/escuro na pintura), a visão do conjunto como uma composição, e a manipulação de volumes que emprestam uma certa dimensão arquitetônica às obras. Na literatura, destaca-se o estilo ornamentado, que valorizava composições como os acrósticos. Na música exprime-se por meio de novas formas como a cantata (...)"

(NEVES, Guilherme Pereira das. Barroco. In: VAINFAS, Ronaldo. *Dicionário do Brasil Colonial – 1500-1808*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000. p. 68)



O Barroco chegou à América Latina, especialmente ao Brasil, com os missionários jesuítas, que trouxeram o novo estilo como instrumento de doutrinação cristã. Com a descoberta do ouro, estendeu-se por todo o país o gosto pelo Barroco que foi assumindo características próprias e marcadas pelo regionalismo. O desenvolvimento urbano das vilas mineiras e mais a fé com que cada fiel se relacionava com suas crenças e seus santos protetores, viabilizaram uma forma de expressão única, que se define como um gosto artístico e, mais do que isso, como um estilo de vida — um modo de ver, sentir e vivenciar a arte e a fé. Nesse contexto, surgem Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho, e Manoel da Costa Ataíde como os expoentes máximos dessa arte adaptada ao ambiente tropical e ligada aos recursos e valores regionais.

Antônio Francisco Lisboa, mais conhecido como **Aleijadinho**, (Ouro Preto 1730-1814), foi um importante escultor, entalhador e arquiteto da América Portuguesa. Iniciou sua vida artística ainda na infância, observando o trabalho de seu pai, que também era entalhador. Toda sua obra, entre talha, projetos arquitetônicos, relevos e estatuária, foi realizada em Minas Gerais, especialmente nas cidades de Ouro Preto, Sabará, São João del-Rei e Congonhas.



Figura 11: Igreja de São Francisco em Ouro Preto, com a portada de Aleijadinho.

Figura 12: Altar mor da Nossa senhora do Pilar – Ouro preto.

Figura 13: Teto da nave da Igreja de S. Francisco de Assis (Mestre Ataíde).

I

Uma informação que devemos ressaltar é que, em todas as áreas, exceto a literatura, a presença de mulatos e negros, livres, libertos ou escravos era constante. Esse fato marcou muito a obra desses artistas, como por exemplo: a Virgem Maria morena, cercada de anjos mulatos, de Manuel da Costa Ataíde, reproduzida na Figura 13.

Mas não foi só na Escultura, Pintura e Arquitetura que a cultura mudou. Na Literatura, tivemos o Arcadismo Mineiro. Os poetas pertencentes a esse grupo eram: Cláudio Manuel da Costa, Basílio da Gama, Tomás Antônio Gonzaga, Santa Rita Durão, Alvarenga Peixoto, Silva Alvarenga, todos participando direta ou indiretamente da Inconfidência. O marco do Arcadismo no Brasil deu-se com a publicação de *Obras Poéticas*, de Cláudio Manuel da Costa.

Na década de 1770, Minas Gerais já era a região onde mais se desenvolvera, em todo o Brasil, a produção e prática de música religiosa. Em sua maioria, eram compostas obras para as procissões, cerimônias e festas, e as Irmandades muito contribuíram para o desenvolvimento musical do período, pois sempre contratavam um grupo musical que também tinha seu diretor ou regente para suas festas ou missas principais. Muitas festas populares eram proibidas pelas autoridades, pois, nelas, o **Batuque** e o **Lundu** estavam presentes em rodas de dança, onde as “**Umbigadas**”, provocavam escândalos no clero, que as considerava sensuais.

Lundu

Música executada por escravos, que misturava o batuque africano com os ritmos portugueses. Alguns tinham como temática, em suas letras, casos de sinhás e sinhazinhas com seus escravos. Até o final do século XVIII, o lundu não era ainda uma dança brasileira, mas uma dança africana do Brasil.

Batuque

Roda de dança ao som de tambores e palmas, onde ocorriam as **umbigadas** (modo em que os dançarinos convidavam pessoas do público a entrar na roda).



Figura 14: Umbigada (Lundu de Roda).

(Autor desconhecido)

Uê, uê... uê, uá..Uê, uê... uê, uá...

Uê, uê... uê, uá...Uê, uê... uê, uá...

A lua vai saí e eu vô girá. A lua vai
saí e eu vô girá.

Umbigada de papudo é papudo que
dá.

Vou caçá meu tatu, meu tamanduá.

Eu também só papudo eu também quero
dá.(...)

Vou caçá meu tatu, meu tamanduá.

Hoje em dia ainda se dança o lundu. Um exemplo é o Lundu Marajoara, característico do estado do Pará. Junto com o Maxixe, é considerado uma dança sensual, e, por isso, foi excomungada pelo papa e proibido pelas autoridades governamentais na época.

Linha do tempo

1703 – Tratado de Methuen, entre Portugal e Inglaterra (Conhecido por Tratados de Panos e Vinhos).

1706 – Sobe ao trono de Portugal o rei Dom João V, que reina até 1750.

1707-1710 – Guerra dos Emboabas. A disputa envolveu paulistas e índios, liderados por Borba Gato, contra colonos recém-chegados às Minas, em sua maioria portugueses e baianos (os emboabas), que saíram vitoriosos.

1710-1711 – Em Pernambuco, a emancipação de Recife como comarca de Olinda gera conflitos entre latifundiários locais (e índios mazombos) e comerciantes (os mascates). O confronto fica conhecido como Guerra dos Mascates e termina com a intervenção da Coroa portuguesa em defesa da autonomia do Recife.

1713 – Firmado o Tratado de Utrecht entre Portugal e França, estabelecendo as fronteiras portuguesas do norte do Brasil: o rio Oiapoque foi reconhecido como limite natural entre a Guiana e a Capitania do Cabo do Norte.

1718-1722 – Os paulistas, expulsos das Minas Gerais após a derrota na Guerra dos Emboabas, encontraram ouro no sertão de Goiás e Mato Grosso.

1744 e **1748** – Foram criadas as capitâncias de Goiás e Mato Grosso.

1750 – Morre Dom João V e sobe ao trono Dom José I, que nomeia o Marquês de Pombal como primeiro ministro (1750-1777). No Brasil, ocorreu a reestruturação da exploração de riquezas e foi promovida uma reforma educacional após a expulsão dos jesuítas.

1759 – Os jesuítas são expulsos do Brasil.

1763 – O Rio de Janeiro substitui Salvador como capital do Brasil.

1777 – Morre o rei de Portugal Dom José I e sobe ao trono Dona Maria I. O Marquês de Pombal é processado e condenado.

Portugal e Espanha assinam o Tratado de Santo Ildefonso. Segundo o acordo, a Espanha devolveu os territórios ocupados da Ilha de Santa Catarina (atual Florianópolis) e terras do atual estado do Rio Grande do Sul em troca do controle da Colônia do Sacramento e da região dos Sete Povos das Missões.

1785 – D. Maria, rainha de Portugal, afastou Pombal e emitiu um alvará proibindo qualquer tipo de indústria no Brasil, golpeando a siderurgia desenvolvida em São Paulo e as modestas tecelagens de Minas Gerais e do Pará.

1789 – Na Capitania das Minas Gerais, um movimento de inconfidência é denunciado. A Inconfidência Mineira começou por volta de 1785 e terminou frustrada. Na França, tem início a Revolução Francesa.

1792 – Dom João, torna-se Príncipe Regente.

1798 – Conjuração Baiana – Iniciada por intelectuais e membros da elite em 1796, ganhou apoio popular com a participação de alfaiates, artesãos, soldados e escravos.

Seção 3

Os profetas do Aleijadinho já anunciam um novo tempo! Por quê?

A crise do século XVIII e a vinda da família real para a América Portuguesa no século XIX

(Movimentos de independência e período Joanino)

Em função das mudanças ocorridas na Europa a partir do século XVIII, a família Real portuguesa se transferiu para o Brasil e, desse modo, a América Portuguesa, ou seja, a colônia, passou a ser a sede do Império português. Por sua vez, as mudanças econômicas, sociais e políticas e a divulgação das ideias liberais ocorridas na Europa levaram o antigo regime absolutista a enfrentar uma onda revolucionária a partir de 1830.

Relembre!

No século XVIII, a Europa vivia a expansão da Revolução Industrial, iniciada na Inglaterra, que teria grande influência no plano econômico e social. Interferiria diretamente no modo de viver de todo o mundo. Tal fato deve-se a um conjunto de mudanças tecnológicas que substituiu o trabalho braçal pelo trabalho mecanizado, estabelecendo-se, desse modo, nova relação entre capital e o trabalho.

Para o historiador Hobsbawm: "A Revolução Industrial assinala a mais radical transformação da vida humana já registrada em documentos escritos e durante um breve período ela coincidiu com a história de um único país, a Grã-Bretanha. Assim, toda uma economia mundial foi edificada com base, ou antes, em torno desse país, que por isso ascendeu temporariamente a uma posição de influência e poder mundiais sem paralelo na história de qualquer país com as suas dimensões (...)" (HOBSBAWM. 2003:13a).

A Revolução Francesa se transformou no fato mais importante das últimas décadas do século XVIII, abolindo a servidão e os direitos feudais e proclamando os princípios universais de "Liberdade, Igualdade e Fraternidade". Esta Revolução modificaria o mundo de tal forma que é considerada, o acontecimento que deu início à Idade Contemporânea. Rompendo as fronteiras da Europa, todas as transformações do período, refletiram-se na América portuguesa.



Nova onda de Revoluções aconteceria na Europa em 1848, a chamada "Primavera dos Povos" e rapidamente se espalharia pela Península Itálica, estados alemães, Império Austríaco, Romênia, Espanha e Suíça. Você pode estranhar o fato de usarmos a denominação estados alemães e Península Itálica, mas é somente no final do século XIX, 1870, que os estados alemães se unificam e formam o que conhecemos hoje por Alemanha, o mesmo ocorrendo na Itália, que só termina seu projeto de unificação no século XX.



Figura 15: Revolução popular em Portugal.



Figura 16: Revolução popular na Alemanha.

Observe as imagens. Repare as vestes dos manifestantes!

A primeira figura representa uma revolução popular ocorrida na primavera de 1846, em Portugal; a segunda foi na Alemanha. Veja a presença de diferentes segmentos sociais. Percebeu a importância desses movimentos? Não são aristocratas e nem pertencentes à alta burguesia, mas são pessoas do povo, trabalhadores.

O século XVIII registra três fatos importantes: a Revolução Industrial, o Iluminismo e a Revolução Francesa. Esses marcaram o período de transformação a que o mundo logo assistiria: 1) a ascensão dos ideais iluministas, que pregavam a liberdade econômica e o fim das amarras políticas estabelecidas pelo poder monárquico, 2) uma nova etapa da economia mundial, com a ascensão do capitalismo industrial.

A crise no sistema colonial

Para entendermos a crise do sistema colonial na América portuguesa, precisamos considerar uma série de movimentos acontecidos tanto na Europa quanto na América do Norte, onde a independência dos Estados Unidos, em 1776, aparece como a primeira grande ruptura do sistema colonial europeu, e tornou-se um modelo para as elites nativas das demais colônias do continente.

Portanto, a desarticulação daquele sistema e seu consequente fim têm de ser pensados em um contexto mais global, e inserido no choque entre as forças renovadoras e tradicionais do fim do século XVIII e início do XIX. As modernas ideias dos iluministas, bem como os reflexos das Revoluções Industrial e Francesa não demoraram a chegar à América portuguesa, e os colonos começaram a perceber que estava em suas mãos a possibilidade de mudar o rumo dos acontecimentos, tornando-se autores de sua própria história. Nas sociedades literárias e nas lojas maçônicas, discutiam-se, em segredo, as ideias francesas de Fraternidade, Igualdade e Liberdade. E começaram as tramas dos movimentos que explodiram em vários pontos da colônia, nos últimos anos do século XVIII, como a Inconfidência

Mineira, as Conjurações Baiana e Carioca, e que deixaram os projetos de emancipação colonial mais próximos, como estudamos na seção anterior.

A transferência da Família Real para o Brasil

Após a Revolução e ascensão de Napoleão Bonaparte, a França tentava a recuperação da sua economia e a garantia de que o processo revolucionário não seria detido pelas demais monarquias europeias. Na época, a Inglaterra era uma das poucas, senão a única, nação que tinha condições econômicas e bélicas de se contrapor ao governo de Bonaparte. Por isso, Napoleão publicou um decreto internacional, chamado Bloqueio Continental, proibindo o comércio entre a Inglaterra e qualquer outra nação europeia.

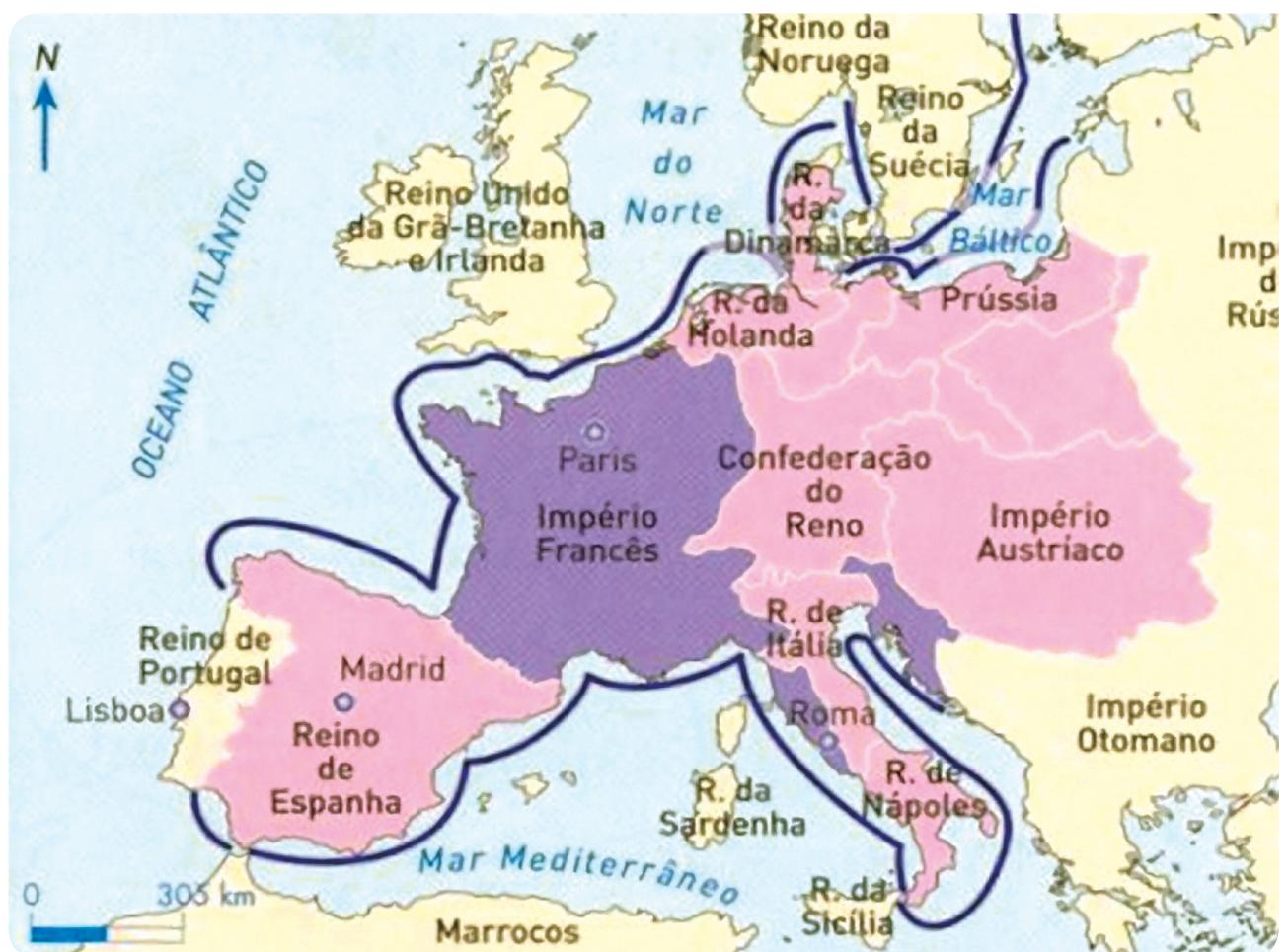


Figura 17: Mapa da expansão napoleônica e do bloqueio continental.

Para a Corte de Lisboa, sempre aliada à Inglaterra, colocou-se a seguinte situação: permanecer em Portugal e sucumbir ao domínio napoleônico ou retirar-se para a América Portuguesa. Preferindo aliar-se aos ingleses, Portugal

assinou, em 1807, uma “convenção secreta”, na qual concedia vantagens comerciais à Inglaterra em troca da garantia de ajuda, caso houvesse conflito com a França, para que a Corte e toda a sua máquina administrativa se transferisse para o Brasil. Enquanto os ingleses se comprometiam a defender o território português contra a França, a Coroa Portuguesa entregava sua esquadra e garantia a abertura dos portos brasileiros para os ingleses. No dia 29 de novembro de 1807, diversas embarcações saíram de Portugal trazendo a nobreza e a Família Real portuguesa para a América.

O fato é que a chegada da família real e as medidas tomadas pelo rei D. João puseram fim ao “exclusivismo comercial” que determinava que todas as transações comerciais teriam de passar pelas mãos dos portugueses. O Brasil passou a manter um comércio direto com a Inglaterra e essa conjuntura era desfavorável para Portugal, que sentiu a desestruturação de suas bases econômicas e a desarticulação do eixo estrutural colonial.



Saiba Mais

Bloqueio continental – Bloqueio decretado em Berlim por Napoleão Bonaparte a 21 de novembro de 1806; tinha por objetivo aniquilar o poderio inglês, fechando todos os portos europeus ao seu comércio, e resultou das disputas políticas e econômicas entre os dois países, já manifestadas nas diversas coligações organizadas pelos ingleses com o apoio dos países absolutistas. As conquistas napoleônicas, nesse período, haviam atingido quase todo o continente europeu, mas esbarravam na resistência da Inglaterra, que derrotara os franceses na batalha naval de Trafalgar. Impossibilitada de superar os ingleses pela força, a França tentava vencê-los pela pressão econômica, pois, impedindo o comércio esperava arruinar as indústrias da Inglaterra e enfraquecer o seu adversário política e militarmente.

(BOTELHO, Ângela Vianna e REIS, Liana Maria. *Dicionário Histórico Brasil: Colônia e Império*. Belo Horizonte: Autentica, 2006.p.203)

Após a chegada da Família Real, Dom João passou alguns dias em Salvador, quando tomou duas decisões que deram uma injecção de ânimo na economia brasileira: autorização para a instalação de indústrias, antes proibida por Portugal e a “abertura dos portos às nações amigas”, em 28 de janeiro de 1808. Mas o destino da Coroa portuguesa era a capital da colônia, o Rio de Janeiro, onde D. João e sua comitiva desembarcaram em março de 1808 e instalaram a sede do governo, transformando a cidade em residência fixa da corte portuguesa.

Em 1810, foram assinados os Tratados de Aliança e Amizade, e de Comércio e Navegação, que causaram muito incômodo aos comerciantes lusitanos, pois quebraram o monopólio português além de diminuir seus lucros. Um dos itens do acordo exigia o direito da extraterritorialidade, que permitia aos súditos ingleses radicados em domínios portugueses serem julgados aqui por juízes ingleses, segundo a lei inglesa.

Por esse acordo, a principal beneficiada foi a Inglaterra, que passou a ter vantagens comerciais e dominar o comércio com o Brasil. A vantagem obtida pelos ingleses ficava claramente percebida nas taxas alfandegárias que foram determinadas. Os produtos ingleses sofreriam uma taxação de 15% sobre seu valor como imposto de importação. Em contrapartida, os portugueses se submeteriam ao valor de 16% de imposto e as outras nações estrangeiras pagariam um tributo de 24% sobre as mercadorias que desembarcassem nos portos brasileiros.

Acordo bastante desigual, não é?

Dessa forma, não havia como concorrer com os produtos ingleses, que passaram a ser os mais comercializados e, sem concorrência, transferiu o controle do comércio dos portugueses para os ingleses. Mas não é só isso. Observe que, com preços tão baixos, mesmo as manufaturas brasileiras não tinham como concorrer com os preços e a qualidade dos ingleses. Injusto?! Certamente, pois assim não tínhamos como desenvolver nossa indústria.

Esse evento foi importante para o futuro da nossa história, um marco para a independência da colônia, pois criou uma realidade política, social e cultural até então inédita. A presença da Família Real Portuguesa no Brasil registrou o que alguns historiadores denominam de "inversão metropolitana", ou seja, o aparelho de Estado Português passou a operar a partir do Brasil que, desse modo, deixou de ser uma colônia e assumiu efetivamente as funções de metrópole. Com a transferência, o Rio de Janeiro também sofreu inúmeras mudanças, pois, de capital da colônia, passa a ser a sede do governo Português.

Devido à abertura dos portos e a vinda da família real, algumas regiões do país obtiveram melhorias urbanas importantes, especialmente, o Rio de Janeiro. A cidade ganhou novo aspecto com a urbanização promovida na época com um princípio de industrialização. Também foram criadas bibliotecas, a imprensa, teatros, o Jardim Botânico, a Casa da Moeda, além de uma Academia Militar, que muito contribuíram para o desenvolvimento e dinamização econômica, cultural e estética da capital.

Para completar as mudanças, a elevação do Brasil à categoria do Reino Unido de Portugal e Algarves através da Lei de 16 de dezembro de 1815, assinada por D. João, colocou fim ao *status* de colônia para o Brasil. Essa medida, se, por um lado, preservou o trono português para a dinastia de Bragança e atendeu aos interesses e aspirações dos súditos do novo reino (Brasil), por outro lado, provocou uma enorme insatisfação em Portugal, pois se via equiparado à sua Colônia e, mais ainda, ameaçado de perdê-la.

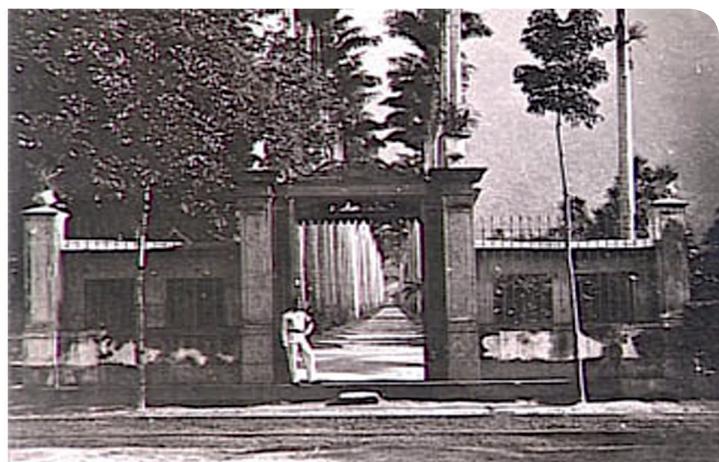


Figura 18: Chegada da Família Real Portuguesa à Bahia (Cândido Portinari).

Figura 19: Antigo Real Horto, atual Jardim Botânico do Rio de Janeiro.

Essas mudanças fizeram a elite brasileira sentir o gostinho da independência, e quando D. João VI retornou a Portugal, os portugueses, nada satisfeitos com aquelas mudanças no Brasil, iniciaram uma movimentação para retornar o exclusivismo comercial e a categoria de colônia para o Brasil. A ideia de independência que já estava sendo discutida desde o século XVIII, ganhou força e teve como aliado político um membro da família real, o Príncipe Regente Dom Pedro, que, apoiado pela elite colonial, promoveu a independência do Brasil em 7 de setembro de 1822.

Linha do tempo

1806 – Bloqueio Continental.

1807 – Assinatura da Convenção em 22.10.

1807 – Saída da Corte de Portugal em 29.11.

1808 – Chegada da Corte ao Brasil.

1808 – Abertura dos Portos às Nações Amigas (fim do pacto colonial).

1808 – Criação do Banco do Brasil.

1810 – Assinatura dos Tratados de Aliança e Amizade e o de Comércio e Navegação com a Inglaterra.

1815 – Elevação do Brasil à categoria de Reino Unido de Portugal e Algarves.

1817 – D. João traz para o Brasil a missão artística francesa.

1820 – Revolução Liberal do Porto – Portugal.

1821 – Após a derrota de Napoleão para a Inglaterra e a desocupação de Portugal pelas tropas francesas, D. João VI retorna para Portugal.

1822 – Dia do Fico (9 de janeiro).

1822 – Proclamação da Independência do Brasil (7 de setembro).

“

É hoje!

Rio de Janeiro. O príncipe regente Dom João desembarca hoje no Rio com sua família e um enorme séquito de nobres, funcionários, aderentes e criados. Precisou que Napoleão botasse suas tropas nos calcanhares da Corte para que esta fizesse o que há cem anos lhe vinha sendo sugerido: transferir-se para o Brasil.

Não se sabe o que, em médio prazo, isso representará para a metrópole. Mas, para a desde já ex-colônia, será supimpa. Porque, a partir de agora, ela será a metrópole.(...)

Para cá virão os ministérios, as secretarias, as intendências, as representações e a burocracia em geral. Papéis sem conta serão despachados entre esses serviços, o que exigirá uma superfruta de estafetas [mensageiros]. A produção de lacre para documentos terá de decuplicar. O Brasil importará papel, tinta e mata-borrões em quantidade, mas as penas talvez possam ser fabricadas aqui, colhidas dos traseiros das aves locais.

Estima-se que, do Reino, chegarão 15 mil pessoas nos próximos meses. Será um tremendo impacto numa cidade de 60 mil habitantes. Provocará mudanças na moradia, na alimentação, nos transportes, no vestuário, nas finanças, na medicina, no ensino, na língua. Com a criação da Imprensa Régia, virão os jornais. Até hoje, na história do mundo, nunca a sede de um império colonial se transferiu para sua própria colônia. É um feito inédito – digno de Portugal. E que pode não se repetir nunca mais.

(Ruy Castro. "Folha de S. Paulo", 08/03/2008)

”

Atividade

2

A partir deste texto, cite algumas alterações vivenciadas pela América Portuguesa com a chegada da Corte. E discuta com seus colegas se essas mudanças foram positivas ou negativas. Após a discussão, escreva um pequeno texto expondo sua opinião.

Resumo

Nesta unidade, você aprendeu;

- O significado do patrimônio e a sua relação com a formação de um povo;
- O que são movimentos sociais;
- A importância desses movimentos na formação do povo brasileiro;
- Que a ideia de liberdade e igualdade também se diferencia de acordo com os movimentos que estudamos;
- As características da cultura brasileira nos séculos XVIII e XIX;
- As alterações na Colônia brasileira (América Portuguesa) nos séculos XVIII e XIX;
- A importância do Período Joanino para o Brasil;
- Houve importantes mudanças na colônia, a partir de 1808, com a vinda da família real para a América Portuguesa.

Veja ainda

Os Inconfidentes. Direção de Cacá Diégues, 1984.

Em torno de 1650, um grupo de escravos se rebela num engenho de Pernambuco e ruma ao Quilombo dos Palmares, onde uma nação de ex-escravos fugidos resiste ao cerco colonial.

Carlota Joaquina: A princesa do Brasil. Direção de Carla Camurati, 1995.

Conta a vida de Carlota Joaquina, a infanta espanhola que conheceu o príncipe de Portugal com apenas dez anos e se decepcionou com o futuro marido. Sempre se sentiu tremendamente contrariada quando a corte portuguesa veio para o Brasil, tendo uma grande sensação de alívio quando foi embora.

Livros

- ALENCASTRO, Luiz Felipe. *O pecado original da sociedade e da ordem jurídica brasileira*. 2010. Disponível em (http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-33002010000200001&script=sci_arttext). Acesso em 27 out. 2014.
- BOTELHO, Ângela Vianna e REIS, Liana Maria. *Dicionário Histórico Brasil: Colônia e Império*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.
- CARDOSO, Ciro Flamarion. A crise do colonialismo luso na América portuguesa. In: LINHARES, Maria Yedda (org.). *História Geral do Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 1990.
- CONSTITUIÇÃO Federal, 1988.
- FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: EDUSP, 2000.
- HOBSBAWM, Eric. *A era das revoluções (1789-1848)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.
- GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. In: VAINFAS, Ronaldo. *Dicionário do Brasil Colonial: 1500-1808*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000.
- HOBSBAWM, Eric. *Da Revolução Industrial Inglesa ao Imperialismo*. 5 ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 2003.
- MICELI, Paulo. *O Mito do herói nacional*. São Paulo: Contexto, 1988.
- NEVES, Guilherme Pereira das. Barroco. In VAINFAS, Ronaldo. *Dicionário do Brasil Colonial: 1500-1808*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000.
- NEVES, Lúcia Maria Bastos P., MACHADO, Humberto Fernandes. *O Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- PAIVA, Miguel e Schwarez, Lilia. *Da Colônia ao Império: Um Brasil para inglês ver...* São Paulo: Brasiliense, 1995.
- PINSKY, Jaime, PINSKY, Carla Bassanezi. (orgs.) *História da cidadania*. São Paulo: Contexto, 2003.
- RODRIGUES, André Figueiredo. "Degredados e Reerguidos". In: *Revista de História da Biblioteca Nacional*, abril de 2011.
- WELLING, Arno e WELLING, Maria José C.M. *Formação do Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

Imagens

Figura 1: <http://www.brasilescola.com/curiosidades/patrimonio-historico-cultural.htm>

Figura 2: <http://portaldoprofessor.mec.gov.br/fichaTecnicaAula.html?aula=14670>

Figura 3: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Ultimo_tamoio_1883.jpg

Figura 4: <http://pib.socioambiental.org/pt/povo/mura/2118>

Figura 5: <http://www.pinacoteca.org.br/pinacoteca-pt/default.aspx?mn=545&c=acervo&letra=J&cd=3571>

Figura 6: <http://www.pinacoteca.org.br/pinacoteca-pt/default.aspx?mn=545&c=acervo&letra=J&cd=3571>

Figura 7: <http://portaldoprofessor.mec.gov.br/fichaTecnicaAula.html?aula=35762>

Figura 8: <http://www.museusdoestado.rj.gov.br/sisgam/index.php?pagina=36&busca=%&museu=&operador=>

Figura 9: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Monumento_%C3%A0s_Bandeiras_01.jpg

Figura 10: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Tiradentes_Esquartejado_\(Pedro_Am%C3%A9rico,_1893\).jpg](http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Tiradentes_Esquartejado_(Pedro_Am%C3%A9rico,_1893).jpg)

Figura 11: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:SFrancisOuroPreto-CCBY.jpg>

Figura 12: http://www.multirio.rj.gov.br/historia/modulo01/barroco_mineiro.html

Figura 13: http://www.multirio.rj.gov.br/historia/modulo01/barroco_mineiro.html

Figura 14: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Lundu>

Figura 15: http://pt.wikipedia.org/wiki/Revolução_da_Maria_da_Fonte

Figura 16: <http://portaldoprofessor.mec.gov.br/fichaTecnicaAula.html?aula=36845>

Figura 18: http://www.multirio.rj.gov.br/historia/modulo02/fim_monopolio.html

Figura 19: <http://www.multirio.rj.gov.br/historia/modulo02/enraizamento.html>

Atividade 1

Você deverá fazer um texto próprio, onde descreva o crescimento do território da colônia, que registre a ultrapassagem do Tratado de Tordesilhas, podendo nomear as regiões conquistadas.

Deverá também fazer referência ao caminho, que tipo de bandeira seguiu, assim demonstrando as regiões conquistadas por cada uma delas.

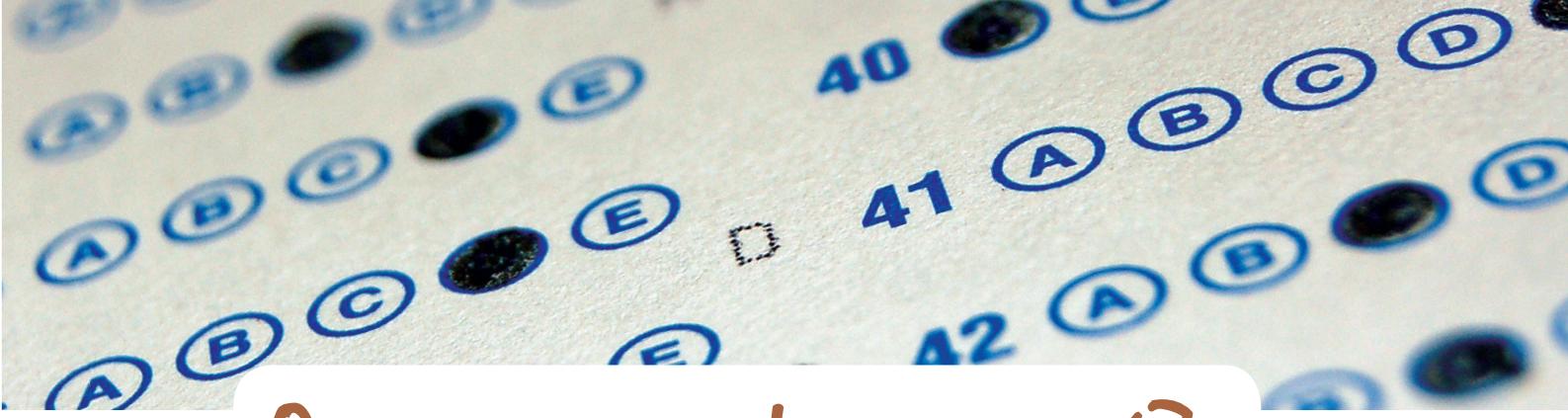
Atividade 2

Fim da escravidão: Liberdade (...) que respeita a inutilidade da escravidão do mesmo povo tão sagrado e Digno de ser livre, com respeito a liberdade e a igualdade ordena manda e quer que para o futuro seja feita nesta Cidade e seu termo a sua revolução para que seja exterminado para sempre o pecimo jugo ruinavel da Europa (...)

Igualdade: (...) Quer o Povo que todos os Membros militares de Linha, milicias e ordenanças; homens brancos, pardos e pretos, concorrão para a Liberdade Popular: Liberdade de comércio (...) progresso do Comercio de Açucar, Tabaco e pau brazil e todos os mais gêneros de negocio e mais viveres; com tanto que aqui virão todos os Estrangeiros tendo porto aberto (...)

Atividade 3

Alteração da condição de colônia, transferência da capital do Império Português para o Rio de Janeiro; criação da imprensa régia; aumento das importações e da produção de manufaturados; criação do Jardim Botânico e de teatros.



O que perguntam por aí?

Questão 1 – ENEM 2010 (2ª aplicação)

O alfaiate pardo João de Deus, que, na altura em que foi preso, não tinha mais do que 80 réis e oito filhos, declarava que “Todos os brasileiros se fizesse franceses, para viverem em igualdade e abundância”. (MAXWELL, K. Condisionalismos da independência do Brasil. SILVA, M. N. (Org.). *O império luso-brasileiro, 1750-1822*. Lisboa: Estampa, 1986).

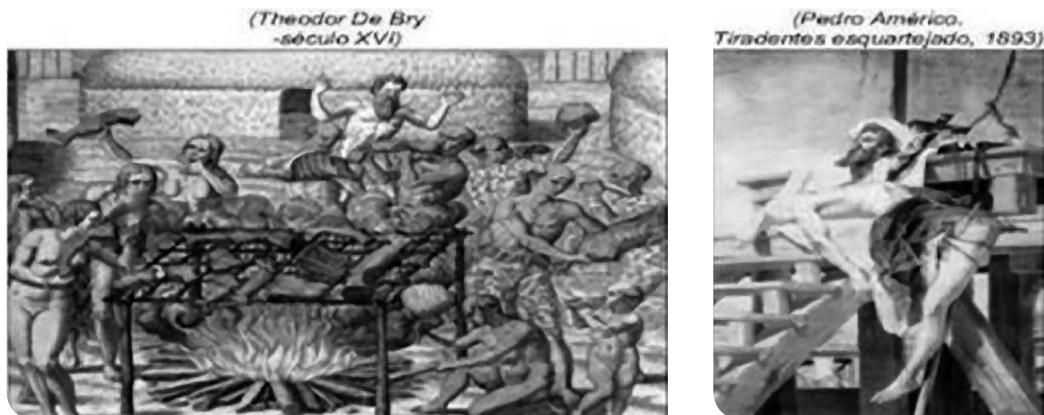
O texto refere-se à Conjuração Baiana. No contexto da crise do sistema colonial, esse movimento se diferenciou dos demais movimentos libertários ocorridos no Brasil por

- defender a igualdade econômica, extinguindo a propriedade, conforme proposto nos movimentos liberais da França napoleônica.
- introduzir no Brasil o pensamento e o ideário liberal que moveram os revolucionários ingleses na luta contra o absolutismo monárquico.
- propor a instalação de um regime nos moldes da república dos Estados Unidos, sem alterar a ordem socioeconômica escravista e latifundiária.
- apresentar um caráter elitista burguês, uma vez que sofrera influência direta da Revolução Francesa, propondo o sistema censitário de votação.
- defender um governo democrático que garantisse a participação política das camadas populares, influenciado pelo ideário da Revolução Francesa.

Resposta: Letra E

Questão 2 – ENEM 2003 (Questão 51)

A primeira imagem a seguir (publicada no século XVI) mostra um ritual antropofágico dos índios do Brasil. A segunda mostra Tiradentes esquartejado por ordem dos representantes da Coroa portuguesa.



A comparação entre as reproduções possibilita as seguintes afirmações:

- I. Os artistas registraram a antropofagia e o esquartejamento praticados no Brasil.
 - II. A antropofagia era parte do universo cultural indígena e o esquartejamento era uma forma de se fazer justiça entre luso-brasileiros.
 - III. A comparação das imagens faz ver como é relativa a diferença entre “bárbaros” e “civilizados”, indígenas e europeus

Está correto o que se afirma em:

Resposta: Letra F

Ate
breve!

Como você pode sentir, a espacialização no mapa do Brasil, que define os territórios das fronteiras e litorânea, é sempre feitas internas dentro de um país por meio de suas comunidades que dividem o território da maneira que é dividido em estados e distritos. É dividido em que cada país define a sua diversidade e cultura e compreensão do seu território (Brasil). Os indivíduos que formam um país são divididos por língua e cultura, entre os quais podemos, no entanto, encontrar tribo, tribos, povos da Índia, da China, culturas, entre outras culturas de outros povos que vivem dentro do território que vive sob a influência de sua história, países de origem, entre outras. São as chamadas nações indígenas, que vivem dentro de um país, dentro de uma nação, mas

A divisão territorial das fronteiras e litorânea, é sempre feitas internas dentro de um país por meio de suas comunidades administrativas autônomas, divididas pelo território do país é dividido em estados e distritos. É dividido em que cada país define a sua diversidade e cultura e compreensão do seu território (Brasil). Os indivíduos que formam um país são divididos por língua e cultura, entre os quais podemos, no entanto, encontrar tribo, tribos, povos da Índia, da China, culturas, entre outras culturas de outros povos que vivem dentro do território que vive sob a influência de sua história, países de origem, entre outras. São as chamadas nações indígenas, que vivem dentro de um país, dentro de uma nação, mas

Territórios
Territórios

O Brasil Império: o surgimento de uma nação

Fascículo 2
Unidade 4



O Brasil Império: o surgimento de uma nação

Para início de conversa...

Leia atentamente a notícia a seguir:

Jamais pode uma soberania firmar-se em detrimento de outra soberania. Jamais pode o direito à segurança dos cidadãos de um país ser garantido mediante a violação de direitos humanos e civis fundamentais dos cidadãos de outro país. (...)

Como tantos outros latino-americanos, lutei contra o arbítrio e a censura e não posso deixar de defender de modo intransigente o direito à privacidade dos indivíduos e a soberania de meu país. Sem ele – direito à privacidade - não há verdadeira liberdade de expressão e opinião e, portanto, não há efetiva democracia. Sem respeito à soberania, não há base para o relacionamento entre as nações. (...)

O aproveitamento do pleno potencial da internet passa, assim, por uma regulação responsável, que garanta ao mesmo tempo liberdade de expressão, segurança e respeito aos direitos humanos.

(<http://www2.planalto.gov.br/imprensa/discursos/disco...>)

No segundo semestre de 2013, diversos veículos de comunicação no Brasil e no mundo destacaram as ações de espionagem do governo dos Estados Unidos contra políticos, empresas e países. Em reação a essas ações, a presidente Dilma Rousseff fez um duro discurso na ONU, condenando tais atos, que qualificou como uma violação da soberania nacional.

Você sabe o que isso quer dizer? O que significa violar a soberania de um país?

Você já deve ter escutado um dito popular bastante conhecido: "na minha casa quem manda sou eu". Talvez você já tenha passado pela constrangedora experiência de ver alguém entrar na sua casa sem pedir licença, trocar os canais da TV sem avisar, olhar os armários, abrir a geladeira e mexer no que tem dentro... Não é desagradável? Assim, a soberania pode ser entendida mais ou menos dessa forma: no território brasileiro quem define o que pode e o que não pode ser feito é a sociedade que nele vive. Desse modo, a soberania pode ser resumida como a capacidade de fazer ou desfazer leis e a intromissão de outros países é considerada uma afronta à soberania nacional, tal como verificamos no caso da espionagem norte-americana. Mas será que todos que vivem no Brasil, participam da mesma forma das discussões e da definição das leis, do que pode e do que não pode ser feito dentro do país?

Para pensarmos essa e outras questões, um bom exercício seria o de olhar para o momento de nascimento da soberania brasileira: a independência do país em 1822. Até a independência, as leis obedecidas no Brasil eram aquelas vindas de Portugal. Com a emancipação, o país passou a ter soberania, precisando definir o que podia ou não ser feito, como iria funcionar, como se organizaria. Mas como foi que a sociedade brasileira exerceu sua soberania? Em que medida os diferentes grupos sociais que a integravam participaram das discussões e das definições sobre os destinos do recém-criado país?

São essas questões que examinaremos nesta unidade: as ações de variados setores da sociedade no sentido de tentar determinar em que tipo de país viveriam. Trata-se de entender os esforços de organização do Estado Brasileiro, estabelecendo as regras que deveriam ser aceitas por todos. Mas ao contrário do que normalmente se considera, esse não foi um processo pacífico, harmônico ou consensual. Ou de outra forma: não foi imposto por uma elite sem nenhum tipo de resistência ou manifestação de descontentamento. Pelo contrário: divergências, conflitos, tensões e até violência foram constantes. Durante quase duas décadas, de 1822 a 1840, diferentes propostas se confrontaram, mas por fim saíram vitoriosas as ideias que garantiram a unidade territorial, a monarquia e a escravidão.

O fato de características terem prevalecido não significa que outras propostas não tenham sido tentadas e sonhadas. E até aquelas propostas momentaneamente derrotadas – como a de criação de uma república ou a de um país sem escravos – foram importantes para que, no futuro, outras lutas e reivindicações as recuperassem e as conquistassem. A escravidão terminou em 1888, mas a luta para sua abolição não começou naquele mesmo ano. Assim, algumas conquistas podem demorar anos para serem atingidas. Por isso mesmo, as pessoas não devem deixar de lutar e se posicionar por aquilo que consideram como certo ou justo.

Objetivos de aprendizagem

- Reconhecer o conceito de soberania;
- Reconhecer que o processo de organização do Estado Brasileiro se deu em meio a disputas e enfrentamentos;
- Entender o papel da escravidão africana para o mundo do trabalho no século XIX;
- Identificar a unidade territorial, a monarquia centralizada e a escravidão como as principais características da sociedade brasileira pós-independência;
- Identificar as diferentes propostas políticas apresentadas no Brasil no Primeiro Reinado e no Período Regencial;
- Reconhecer o significado das revoltas provinciais e os limites ao exercício da cidadania no Primeiro Reinado e no Período Regencial.

Seção 1

A formação do Império do Brasil: a organização do novo país

Logo após a independência, a noção de que o Brasil deveria ter sua autonomia respeitada por Portugal levou a um esforço para escrever o principal conjunto de leis do novo país: uma constituição. Para isso, foi convocada, em 1823, uma **Assembleia Constituinte**. Dela, participaram apenas os homens com a propriedade dos dois bens mais preciosos existentes no país: terras e escravos. Mulheres, homens pobres, escravos e índios não puderam participar dessa discussão, apesar de serem segmentos numerosos e formarem a maioria da população.

Assembleia Constituinte

A Assembleia Constituinte reúne pessoas escolhidas para redigir ou reformar uma Constituição, lei maior de um país e que rege todas as outras leis vigentes.

Um dos principais debates na Assembleia Constituinte foi o da definição das atribuições do Imperador Pedro I: enquanto um grupo queria limitar os poderes imperiais, fortalecendo a capacidade dos poderes locais fazerem suas próprias leis, outro grupo optava por fortalecer a autoridade do Imperador, impondo as decisões do Rio de Janeiro – Corte e capital do Império – às demais regiões. Com isso, a possibilidade de elaborar leis locais seria reduzida, prevalecendo a centralização em oposição à descentralização.

O grupo defensor da descentralização acabou saindo vitorioso. Consegiu aprovar um projeto de constituição que ficaria conhecido como “Constituição da Mandioca”. Mas o que o vegetal tem a ver com a constituição? Esse apelido se deve a um fato curioso: o critério escolhido para definir quem poderia ou não votar e, com isso, participar da vida política, era a conversão da renda, recebida durante um ano, em pés de mandioca. O produto era cultivado de norte a sul do Brasil e fazia parte da alimentação da população e dos escravos. Assim, no lugar de um valor fixo na moeda da época – o mil réis – a renda deveria ser convertida a um determinado equivalente em pés do produto. Isso colocava o poder do voto nas mãos dos latifundiários.



Figura 1: D. Pedro I.

Apesar do apelido, o mais importante nessa constituição era a questão do poder do imperador, que se via fortemente limitado. Por esse motivo, tanto D. Pedro I quanto o grupo favorável a uma maior centralização rejeitaram o projeto da Constituição da Mandioca. Em um gesto de força e violência, o imperador mandaria as tropas fecharem a Assembleia Constituinte, no episódio conhecido como Noite da Agonia, ainda em 1823.

A Constituição de 1824

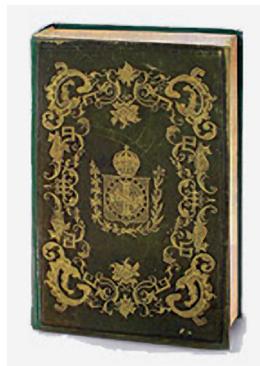


Figura 2: A Constituição de 25 de março de 1824.

Após a Noite da Agonia, muitos ainda defendiam a necessidade de o país ter uma Constituição que definisse suas leis e sua soberania. Dessa forma, em 25 de março de 1824, uma nova Carta foi outorgada. Ela mantinha a unidade territorial, a monarquia e a escravidão, mas trazia uma diferença fundamental: era resultado de um Conselho de Estado escolhido pelo Imperador e não por representantes escolhidos pelos cidadãos. Além disso, os defensores da centralização que haviam sido derrotados na Constituinte anterior também gostaram do projeto que foi imposto ao país, em 1824. Nascia assim a primeira Constituição Brasileira, a que mais tempo vigorou na história do país, de 1822 a 1889.

Quais as características dessa constituição? Como seria organizada a sociedade brasileira a partir de então?

- **Constituição outorgada:** Em primeiro lugar, essa constituição foi imposta, isto é, outorgada, sem o apoio dos representantes que tinham sido escolhidos para escrevê-la, já que a Assembleia Constituinte foi fechada após a Noite da Agonia e o Projeto da Constituição da Mandioca abandonado.
- **Monarquia Constitucional Hereditária:** O Brasil passava a ser uma monarquia, isto é um poder (*arquia*) de um só (*mono*). Como monarquia, o país tem a figura de um monarca que tanto pode ser um rei, que comanda um reino, quanto um imperador, que comanda um império. A diferença é que a palavra Império, no começo do século XIX, estava na moda: transmitia um ideal de extensão, força, poder e grandiosidade. Dá até para imaginar o impacto exercido na vida do jovem príncipe Pedro I que, com 9 anos de idade, foi obrigado a sair de Lisboa e cruzar o Oceano Atlântico em direção à América porque o “Império” Francês havia invadido o “Reino” de Portugal. Admirador de Napoleão Bonaparte, imperador dos franceses e invasor de Portugal, talvez isso tenha sido

importante para que D. Pedro rejeitasse o título de "Rei do Brasil" e optasse pelo de Imperador. Mas a monarquia brasileira possuía uma constituição que, apesar de ampliar os poderes do Imperador, estabelecia outros poderes e, igualmente, deveres. Por fim, a monarquia constitucional brasileira era hereditária, ou seja, transmitida de pai para filho(a) a partir dos descendentes do casamento de D. Leopoldina da Áustria (da família Habsburgo) com D. Pedro (da família Bragança). É curioso que, a exemplo da monarquia portuguesa, a monarquia brasileira não tinha nenhuma restrição quanto a uma mulher assumir a coroa. Basta lembrar o reinado da avó de D. Pedro, D. Maria I, que governou Portugal a partir da morte do pai em 1777.

- **Unitarismo:** O grupo defensor da centralização conseguiu que o Império seguisse um modelo centralizado, a partir do Rio de Janeiro. As demais regiões, hoje conhecidas como "estados" eram chamadas "províncias", palavra que tem sua origem no latim. Quer dizer "*pro vincere*", isto é, a região vencida. Pelo nome, já era possível perceber que as decisões locais teriam menor importância.
- **Quatro Poderes:** Essa constituição trouxe uma inovação: além dos três poderes teorizados pelo pensador iluminista Montesquieu no livro "O espírito das leis" (1748), a saber, Executivo, Legislativo e Judiciário, a constituição trazia um quarto poder que só existiu no Brasil: o Poder Moderador. Ideia do pensador francês Benjamin Constant (não confundir com o Benjamim Constant brasileiro, que viveu anos depois e ajudou a proclamar a república), o poder Moderador era de uso exclusivo do Imperador. Graças a esse poder, o monarca poderia intervir nos outros três poderes, nas províncias, e em toda a estrutura política do Império. Para muitos críticos, funcionava como um "absolutismo disfarçado".
- **Estado e Igreja:** A Constituição de 1824 estabelecia o "Padroado", isto é, determinava que todos os membros do clero brasileiro seriam oficialmente funcionários do Estado. Dessa forma, quaisquer ações dos clérigos necessitavam do "beneplácito" do Imperador, ou seja, de sua permissão.
- **Cidadania e Direitos Políticos:** Aconteciam eleições no Império? Ao contrário do que se costuma pensar, as eleições acontecem no Brasil desde o período colonial para as Câmaras Municipais, criadas já no século XVI. No Império, além das eleições para as Câmaras, também se votava para Deputado Geral e Senador. Embora o Senador fosse um cargo vitalício, seu nome era escolhido pelo Imperador após a apresentação de uma lista com os três nomes mais votados em cada província. Não necessariamente o Imperador escolheria o mais votado. Não aconteciam eleições para Presidentes de província, o que seria o equivalente hoje ao cargo de governador de estado. Os Presidentes eram nomeados pelo Imperador.

Se as eleições aconteciam, quem poderia votar no Império do Brasil? Todos que podiam votar poderiam ser votados?

As eleições no Império foram indiretas até 1881. Não se votava diretamente no candidato que exerceria o cargo, mas sim em um grupo que iria escolhê-lo entre seus membros. Isso criava duas categorias para a participação política:

os votantes e os eleitores. Os votantes eram aqueles que votavam, isto é, escolhiam um grupo que, efetivamente, iria eleger os detentores dos cargos. Para ser votante, exigia-se uma renda de 100\$000 (cem mil réis) ao ano. Para ser eleitor, a renda era maior: 200\$000 (duzentos mil réis ao ano). Em 1846, esses valores dobrariam. Só em 1881, com a Lei Saraiva, a distinção entre votantes e eleitores acabou e as eleições no Império passaram a ser diretas, com o voto diretamente naquele que ocuparia o cargo.

A Constituição de 1824 estabelecia que os homens livres, nascidos no Brasil ou naturalizados, assim como os libertos (ex-escravos) nascidos aqui teriam o direito de voto. No entanto, aos libertos era negado o direito de serem eleitores e eleitos, só participando do primeiro turno das eleições. Portanto, segundo a Carta de 1824, os libertos eram cidadãos passivos, isto é, não tinham acesso a todos os direitos civis e políticos estabelecidos na Constituição. E a exclusão era ainda maior. Metade da população não poderia votar, por ser mulher. Além disso, os não livres, isto é, os escravos, também estavam excluídos. Em seguida, foi adotado um critério etário: somente os maiores de 25 anos teriam direito a participar da vida política. Havia, contudo, a exceção para os casados e os bacharéis, os formados no Ensino Superior. Curiosamente não se exigia, até 1881, a alfabetização. Porém, a contrapartida era a exigência de renda com o voto censitário, o direito de voto que só é exercido pelos que atendem a um critério econômico.



Mil réis: a moeda brasileira por mais de cem anos!

Da independência até o período Vargas (1930-1945), a moeda brasileira foi o Mil Réis.

Você sabe como se leem esses valores? Por exemplo: 12.245\$386. É bem simples. Veja:

Doze contos, duzentos e quarenta e cinco mil, trezentos e oitenta e seis réis.

Assim, o cifrão (\$) é a referência: depois dele estão as três casas dos réis, antes as três casas dos mil. Se forem mais de quatro casas, há o ponto. Tudo que estiver antes do ponto é chamado conto.



Observe um trecho do Hino da Independência do Brasil:

Letra: Evaristo da Veiga

Música: D. Pedro I

Já podeis, da Pátria filhos,
Ver contente a mãe gentil;
Já raiou a liberdade
No horizonte do Brasil.

Brava gente brasileira!
Longe vá...temor servil:
Ou ficar a pátria livre
Ou morrer pelo Brasil.

Brava gente brasileira!
Longe vá... temor servil:
Ou ficar a pátria livre
Ou morrer pelo Brasil.

(...)

Os **grilhões** que nos forjava
Da **perfídia** astuto **ardil**...
Houve mão mais poderosa:
Zombou deles o Brasil.

grilhões

Corrente de metal

perfídia

Deslealdade, traição, infidelidade.

ardil

Estratagema que tem o propósito de enganar; emboscada ou cilada.

- Retire, do Hino da Independência, um trecho que faça referência à emancipação de Portugal.
- Retire, do Hino da Independência, estrofe e/ou trecho que expressa a defesa da soberania do Brasil

Atividade

1

Os descontentes: a Confederação do Equador de 1824

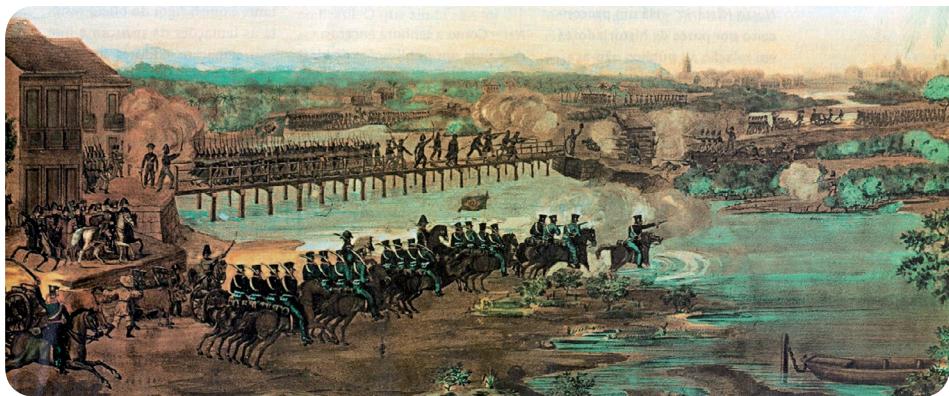


Figura 3: Exército Imperial do Brasil ataca as forças confederadas no Recife, 1824.



Saiba Mais



Saiba Mais

Apesar da imposição, a constituição de 1824 não foi aceita passivamente. Uma das maiores manifestações de insatisfação com os rumos que o país tomava foi organizada a partir das províncias de Pernambuco, Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba. Em uma reação ao que consideravam o autoritarismo do Imperador com a Noite da Agonia, a constituição outorgada e o Poder Moderador, essas quatro províncias iniciaram um movimento separatista chamado Confederação do Equador, por conta da proximidade geográfica com a linha do Equador. A proposta era a de separação do Império e formação de um novo país que seria organizado como uma república, no lugar de uma monarquia. Contra a centralização do Império, se defendia um modelo descentralizado – a confederação – com maior autonomia para as províncias. A constituição da Grã-Colômbia, que reuniu os atuais países da Venezuela, Colômbia, Panamá e Equador, foi tomada como modelo.

O movimento separatista foi violentamente reprimido. Para o Imperador, a unidade territorial deveria ser mantida a qualquer preço, impedindo que o sucesso do movimento pudesse ser copiado pelas demais províncias. D. Pedro contratou mercenários estrangeiros, soldados que lutavam em troca de dinheiro, comandados por oficiais também estrangeiros. Com isso, a Confederação foi derrotada, suas lideranças foram presas e Frei Caneca, religioso que apoiou o movimento, foi executado.



Figura 4: Frei Caneca

Seção 2

O trabalho na constituição de 1824

Um dos temas mais importantes na Constituição de 1824 foi o da divisão dos brasileiros em dois grupos: homens livres e escravos. Os primeiros teriam direitos e seriam considerados cidadãos do Império, enquanto o segundo grupo sofria com a exclusão e a ausência de direitos fundamentais.

O trabalho escravo foi mantido após a independência, mesmo com ações que o questionavam. Até 2 de julho de 1823, escravos e ex-escravos pegaram em armas contra as tropas que permaneceram leais a Portugal na Bahia, durante as lutas pela independência. Essa data ainda hoje é comemorada naquele estado, como o feriado do dia da independência na Bahia. Os negros que lutaram acreditavam que o rompimento com Portugal, poderia vir acompanhado do fim da escravidão. Nos debates sobre a organização do país, algumas vozes se opuseram à escravidão, como José Bonifácio. Porém, tanto os que lutaram na Bahia quanto os que questionaram a escravidão esbarraram na oposição de muitos homens que tinham renda e participavam da vida política, cujo poder provinha exatamente da exploração da mão de obra escrava.

José Bonifácio nasceu em Santos em 13 de junho de 1763. Formado em Direito, Filosofia e Matemática pela Universidade de Coimbra, destacou-se durante o processo de independência do Brasil, tendo papel decisivo junto a D. Pedro I. Por sua atuação nesse período foi intitulado o "Patriarca da Independência" pelos manuais didáticos. Em sua atuação como deputado da Assembleia Constituinte de 1823, propôs dois projeto de lei: um sobre a civilização dos índios e outro sobre a abolição da escravatura.

A seguir, um *fragmento da Representação à Assembleia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil sobre a escravatura*, proposta de Bonifácio para cessar a escravidão no país, mas que acabou não sendo apresentada na Constituinte em razão de seu fechamento pelo Imperador, no ano de 1823:

(...) Foram os portugueses os primeiros que, desde o tempo do Infante D. Henrique, fizeram um ramo de comércio legal de prear homens livres, e vendê-los como escravos nos mercados europeus e americanos. Ainda hoje perto de quarenta mil criaturas humanas são anualmente arrancadas da África, privadas de seus lares, de seus pais, filhos e irmãos, transportadas às nossas regiões, sem a menor esperança de respirarem outra vez os pátrios ares, e destinadas a trabalhar toda vida debaixo do açoite cruel de seus senhores, elas, seus filhos, e os filhos de seus filhos para todo o sempre!

Se os negros são homens como nós, e não formam uma espécie de brutos animais; se sentem e pensam como nós, que quadro de dor e de miséria não apresentam eles à imaginação de qualquer homem sensível e cristão? Se os gemidos de um bruto nos condoem, é impossível que deixemos de sentir também certa dor simpática com as desgraças e misérias dos escravos; mas tal é o efeito do costume, e a voz da cobiça, que vêm homens correr lagrimas de outros homens, sem que estas lhes espremam dos olhos uma só gota de compaixão e de ternura.

(SILVA, José Bonifácio de Andrada e. "Representação à Assembleia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil sobre a escravatura." In: DOLHNIKOFF, Miriam (org.). *Projetos para o Brasil/José Bonifácio de Andrada e Silva*. São Paulo: Companhia das Letras; Publifolha, 2000, p.25.).

Apesar das impressões de Bonifácio acerca da barbárie da escravização do ser humano, a elite política brasileira não se comoveu com suas palavras. O ranço da escravidão só seria desfeito no Brasil em 13 de maio de 1888, com a promulgação da Lei Áurea. Portanto, apenas no final da segunda metade do século XIX é que os governantes brasileiros deram fim a uma dependência de mais de 300 anos pela mão de obra escrava, contadas a partir da introdução do negro africano em território brasileiro, ocorrido ainda no período colonial.



A justificativa para a continuidade da escravidão não era a da inferioridade racial dos negros ou africanos. Tal argumento só seria usado em fins do século XIX. Na constituição brasileira e nas leis do país, a escravidão continuava em função do reconhecimento do direito à propriedade privada. Era com base no **Direito Natural** à propriedade do senhor, já que o escravo era considerado uma mercadoria, que se fundamentava legalmente essa cruel forma de exploração. Será que alguém pode ter o direito de ser proprietário de outra pessoa? Será que uma pessoa pode ser equiparada a uma mercadoria? Hoje, felizmente, não temos dúvida que seres humanos não são objetos. Mas no começo do século XIX, essa certeza não era compartilhada por todos, principalmente, por aqueles que tinham interesses econômicos e sociais nessa forma de exploração do trabalho.

Direito Natural

O Direito Natural não é escrito, não é criado pela sociedade, nem é formulado pelo Estado, é um direito espontâneo, que se origina da própria natureza social do homem e que não é elaborado pelos homens, mas sim, procede de uma vontade superior porque pertence à própria natureza humana: "o direito de reproduzir", "o direito de constituir família" "direito à vida e à liberdade" e "o direito à propriedade" são alguns dos exemplos que caracterizam o Direito Natural.

A escravidão era para os proprietários de escravos um forte símbolo de *status*. Ter escravos era uma forma de se mostrar que se era diferente, no sentido de ser superior às outras pessoas. Isso revelava uma mentalidade **arcaica**, que via na repetição do modelo herdado da colonização portuguesa o caminho para o futuro do novo país: a manutenção da grande propriedade rural, voltada para a exportação, com o uso da mão de obra escrava africana. Os lucros obtidos com as atividades agrícolas baseadas na escravidão eram reinvestidos para a aquisição de mais terras e mais escravos. Essa era uma forma de se demonstrar riqueza e obter prestígio.

Arcaica

Antiquado, desusado.

Essa mentalidade arcaica se diferenciava daquela em ascensão em países capitalistas como a Inglaterra ou partes dos Estados Unidos. Nesses países, o objetivo da produção não era o de ostentar terras e escravos, mas sim lucrar na indústria e reinvestir o lucro para se obter mais lucro. Assim, a burguesia inglesa, nas suas indústrias, pensava de maneira bastante diferente dos muitos plantadores escravocratas nas fazendas brasileiras.

Outro aspecto que contribuiu muito para a continuação da escravidão no Brasil, após a independência, foi a ação de comerciantes, os tratantes. Eles traziam africanos à força para o país. O lucro desse "comércio de almas", "comércio de homens" ou "comércio negreiro" era muito elevado. Verdadeiras fortunas se formaram. Nas primeiras décadas do século XIX, esses "comerciantes negreiros" tiveram muito prestígio. Isso só mudaria, em parte, por uma intensa campanha da Inglaterra contra o desembarque de africanos escravos na América. Desde 1810, a principal

potência econômica do século XIX empenhou sua força militar e prestígio político contra o que chamava de tráfico, conseguindo mesmo, com muito custo, tornar essa atividade ilegal no Brasil, a partir da assinatura do Tratado anglo-brasileiro de 1826 que, além de reconhecer a independência do Brasil e renovar os acordos comerciais com os britânicos até o ano de 1842, determinava, para o ano de 1830, o fim do comércio brasileiro de "carne humana".

Por que a Inglaterra foi contra o tráfico?

A reprodução natural na população escrava não era capaz de fornecer a quantidade de trabalhadores exigida pelo ritmo de expansão das atividades econômicas no Brasil. Com isso, sobretudo durante a expansão do cultivo do café, o mecanismo para obtenção de novos escravos era o tráfico negreiro via Oceano Atlântico. Acabar com o tráfico negreiro era uma forma de enfraquecer e posteriormente acabar com a própria escravidão.

Durante muito tempo, os historiadores consideraram que a Inglaterra era contra o tráfico de africanos por que queria transformar os escravos em consumidores dos seus produtos industrializados. Hoje se sabe que a capacidade de consumo de um escravo era muito reduzida no século XIX. Se até os operários só seriam incorporados com mais importância ao mercado consumidor no começo do século XX, o que pensar de escravos um século antes? Assim, tem-se reconhecido a importância que noções, como o direito natural, tiveram na luta contra o tráfico.

A ideia de que todos os homens nascem iguais e possuem certos direitos, como a vida e a liberdade, foram poderosos instrumentos na crítica à escravidão e não podem ser negligenciadas para entender a pressão exercida pela Inglaterra.



Figura 5: Provável única foto de um navio negreiro.
Foto de Marc Ferrez, em 1882.

No entanto, mesmo com a existência de um acordo internacional que previa o fim do comércio brasileiro de escravos, o Parlamento Imperial promulgou uma lei, em 1831, que proibia o comércio negreiro. A lei de 7 de

novembro de 1831 foi chamada Lei Feijó, em uma referência ao Ministro da Justiça, padre Diogo Antônio Feijó. Mas essa lei ficaria mesmo conhecida na história do país com outro nome: *lei para inglês ver*.



Saiba Mais

Uma lei para inglês ver

Você, provavelmente, já ouviu alguém se utilizar desta expressão, não ouviu? Você sabe o que ela significa? E a origem desta expressão?

A expressão tem origem no cenário de abdicação de D. Pedro I. Logo após a renúncia do Imperador ao trono brasileiro, surgiu no Senado Imperial um projeto de lei que propunha o encerramento do comércio brasileiro de escravos.

Em razão da nulidade da lei, já que na prática o tráfico foi mantido, a expressão – *lei para inglês ver* – é até hoje usada para tratar das leis no Brasil que não são cumpridas, que “não pegam”, como se costuma dizer. Essa expressão revela ainda a pressão inglesa contra o tráfico e a interferência daquele país em um assunto brasileiro, ou seja, na sua soberania. Por muito tempo, a historiografia, isto é, os estudos de História, interpretaram a referida norma como instrumento político para afastar a pressão britânica sobre o Brasil na questão do tráfico de escravos, mas que, na verdade, o governo brasileiro não tinha o menor interesse em encerrar a atividade negreira no país. Hoje, novas pesquisas têm demonstrado que a “*lei para inglês ver*” não foi pensada para ser “letra morta” e que se tornou importante instrumento político na luta dos escravos por suas liberdades, na segunda metade do século XIX, durante o movimento abolicionista.

Mas, então, por que essa lei não pegou? A partir de 1830, a expansão do cultivo de café atraiu os plantadores brasileiros. Para se plantar mais café era necessário incorporar mais terras e ao mesmo tempo conseguir mais braços africanos para o pesado trabalho na lavoura, mantendo assim o modelo de exploração do trabalho herdado da colonização. Além disso, a partir da entrada dos Regressistas no poder, durante os últimos anos do Período Regencial, houve uma clara proteção estatal em defesa da manutenção ilegal do tráfico negreiro, resultado de uma indiscriminada relação entre homens de Estado e traficantes de escravos.



Figura 6: Felisberto Caldeira Brant Pontes de Oliveira e Horta, marquês de Barbacena. O marquês foi o autor da primeira lei contra o tráfico de escravos no Brasil; passada para a história como *lei para inglês ver*.

Apesar de proibido em 1831, o tráfico de africanos continuaria até 1850. Cinco anos antes novamente a Inglaterra empenharia sua força para tentar obrigar o fim do tráfico de escravos para o Brasil. O parlamento inglês aprovou uma lei chamada Bill Aberdeen, que permitia à Marinha Britânica capturar ou afundar qualquer navio negreiro que se encontrasse navegando no Atlântico Sul. A tripulação seria julgada em tribunais ingleses, com base nas leis daquele país.

No lugar de reduzir, o Bill Aberdeen aumentou a quantidade de africanos traficados. Os traficantes se apressaram para trazer o máximo de escravos que pudessem, pois não se sabia por quanto tempo as autoridades brasileiras seriam coniventes com os desembarques. Assim, em 1850, o Ministro da Justiça do Império, o conservador Euzébio de Queiroz, conseguiu convencer os parlamentares brasileiros a colocarem fim ao tráfico para o Brasil. O que foi feito para isso, já que os parlamentares só podiam ser homens com renda, muitos, inclusive, proprietários de escravos? Os argumentos utilizados pelo ministro para convencer o parlamento foram basicamente dois:

1. O medo de um grande levante de escravos no país, por conta das muitas revoltas que aconteciam. Isso comprova que os próprios escravos tiveram participação no fim do tráfico por meio variadas formas que encontraram para resistir à escravidão, espalhando um sentimento de insegurança entre os proprietários.
2. A soberania. Euzébio de Queiroz insistiu que pegava muito mal acabar com o tráfico para o Brasil apenas por pressão estrangeira. Se era para pôr fim ao tráfico, os brasileiros (e não os ingleses) é que deveriam fazer isso. A organização do novo país era entendida como uma questão que, apesar da pressão estrangeira (e não era uma pressão qualquer), deveria ser definida internamente.

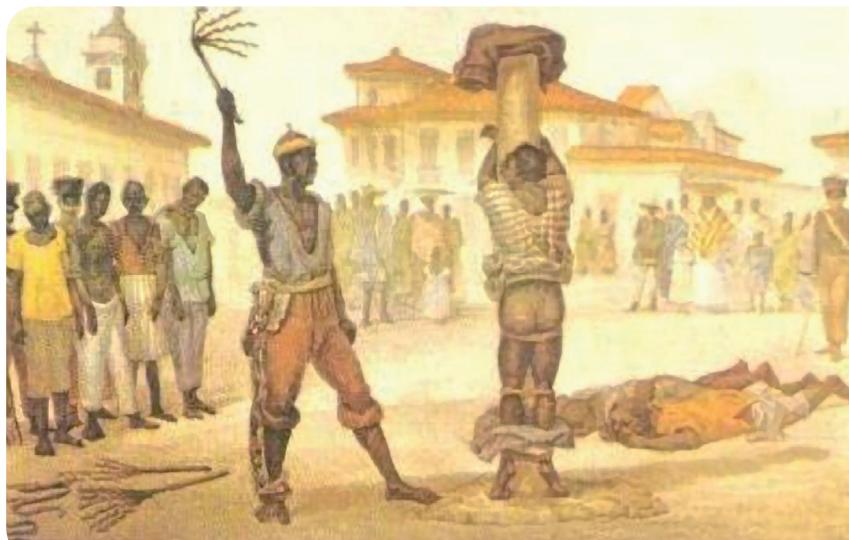


Figura 7: Marcas da escravidão. O castigo escravo no pelourinho. Jean Baptiste Debret.



Figura 8: As diferentes nações de negros africanos transportadas pelo comércio negreiro. Jean Baptiste Debret.

Observe os trechos de discursos de dois deputados brasileiros em debate ocorrido em 3 de julho de 1827, na Câmara Imperial, acerca da escravidão e do tráfico de escravos.

Atividade

2

"Diz-se que a escravidão é oposta aos preceitos da religião católica! Que a escravidão seja coisa má, não duvido eu; mas que ela é oposta aos preceitos da religião católica, é coisa que nunca li. Oposta aos princípios do maometismo é com efeito, porque Maomé ordenou que todo o escravo que abraçasse a doutrina do Corão fosse logo libertado. Eis um preceito que não foi transmitido pelo nosso Divino Mestre, nem pelos apóstolos, concílios ou doutores da Igreja! O mais que eles fazem é aconselhar-nos a tratar bem os nossos escravos, e nisto param as recomendações! Maldito seja Canaã: ele seja escravo dos escravos a respeito de seus irmãos: Canaã seja escravo de Jafet! Tais são as palavras da bíblia. Nemrod foi um robusto caçador diante do Senhor. Abraão teve escravos, Isaac teve escravos, Jacob teve escravos, os pontífices, os arcebispos, os bispos, os prelados de todas as ordens tem escravos, e eu não tenho observado que os libertem, que deixem de se servir com semelhante gente e de se conformarem neste ponto com os princípios da religião católica."

Raimundo José da Cunha Mattos, deputado por Goiás.

"(...) já se tem invocado sacrilegamente o sagrado nome da religião com o pretexto de converter os africanos, como se uma religião celestial e divina, uma religião que proclama os primitivos direitos do homem, que o restituíu a sua dignidade, mostrando estampada no seu ser a formosa imagem da divindade, uma religião enfim, que reprova a violência e a força (...) Sabe-se além disso qual é o zelo evangélico de tais mercadores, e quanto o seu bárbaro procedimento tem contribuído para alienar e dispor os africanos contra o cristianismo, de cujas máximas eles não podem julgar senão pelo exemplo dos que o professam; sabe-se também qual é o zelo e cuidado da maior parte dos senhores na instrução religiosa desses miseráveis que eles tratam como bestas de carga, olhando unicamente para o produto de seu trabalho."

D. Romualdo Antônio de Seixas, deputado pela Bahia.

(Anais da Câmara dos Deputados de 1827)

Atividade

2

- a. Qual elemento é evocado por ambos os deputados para atacar ou defender a escravidão?
- b. Destaque a diferença entre os argumentos apresentados pelos deputados imperiais com relação à instituição da escravidão.

Seção 3

As Regências e as revoltas provinciais

Até o ano de 1826, as relações entre o Imperador e seus súditos eram relativamente boas. Porém, depois daquele ano, o reinado de D. Pedro I passaria por uma grave crise que teria seu ápice com a abdicação, isto é, a renúncia do Imperador, em 1831, e seu retorno para a Europa.

Em 1826, o parlamento foi convocado e passou a funcionar, o que gerou atritos entre o Imperador e a elite política brasileira. No mesmo ano, houve a morte do pai de D. Pedro I, D. João VI em Portugal. Como filho mais velho, o Imperador brasileiro era herdeiro da Coroa Portuguesa. Se a assumisse, os dois reinos poderiam ser unificados, o que colocaria a independência brasileira sob ameaça. Para muitos, no Brasil, essa possibilidade era tratada como um risco de recolonização, com a perda da autonomia e principalmente, da soberania obtida em 1822.

A situação econômica não era das melhores. O Império tinha poucas fontes de arrecadação e ainda por cima possuía despesas elevadas. As guerras frequentes desde 1822 eram um desses problemas: a contratação de mercenários estrangeiros para as guerras de independência como na Bahia até 1823, a repressão à Confederação

do Equador em 1824 e logo depois mais um conflito, a **Guerra da Cisplatina**, ajudavam a gastar os poucos recursos disponíveis. O aumento dos preços de vários produtos de consumo na cidade do Rio de Janeiro fez com que a população responsabilizasse os comerciantes portugueses pelo encarecimento do custo de vida, gerando um sentimento antilusitano. Não dá para esquecer que o Imperador era português!



Saiba Mais

A Guerra da Cisplatina (1825-1828)



Figura 9: Lavalleja e o Juramento dos Treinta y Tres Orientales. Juan Manuel Blanes, 1877.

A Guerra da Cisplatina foi um conflito armado entre Brasil e as Províncias Unidas do Rio da Prata, ocorrida entre 1825 e 1828. A região da Cisplatina era motivo de disputas entre Portugal e Espanha desde o final do século XVII. A área era considerada estratégica, em razão do grande domínio fluvial, com acesso aos rios Paraguai e Paraná, sendo também uma importante via de transporte da prata andina.

O povoamento da área surgiu a partir da fundação de Montevidéu, em 1724, como resposta do governo espanhol à ousadia da Coroa Portuguesa pela fundação da Colônia do Sacramento (1680) na região. No entanto, até 1816 a área foi considerada território espanhol. Porém, naquele mesmo ano, ela foi invadida pelas tropas do general Carlos Frederico Lecor e anexada aos territórios de Portugal. Cinco anos mais tarde, D. João VI anexou a região ao Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, dando a ela o nome de Província Cisplatina.

A população local nunca aceitou o domínio português, isto porque apesar da fundação da Colônia do Sacramento na região; a área sempre foi colonizada e ocupada por espanhóis, provocando a formação de costumes, língua e cultura diferentes por parte da população nativa. Os conflitos aumentaram com a Independência do Brasil frente a Portugal e a incorporação da região da Cisplatina como território do novo Império nascente.

Nesse contexto, alguns patriotas, liderados por Juan Antônio Lavalleja, começaram a fomentar o início da rebelião. A ação teve o apoio das Províncias Unidas do Rio da Prata (atual Argentina) que pretendiam anexar a região aos seus domínios. Em 10 de dezembro de 1825, após o anúncio da incorporação da Cisplatina às Províncias do Rio da Prata, o governo imperial de D. Pedro I declarou guerra a Buenos Aires.

Os confrontos foram catastróficos para o Império do Brasil, sendo um dos importantes fatores que provocaram a abdicação do monarca brasileiro em 1831. A guerra durou três anos e causou enormes gastos aos cofres do Império brasileiro. Mesmo em maior número, o governo imperial encontrou enorme dificuldade para formar um exército capaz de derrotar as tropas inimigas.

Em razão das desavenças e da dificuldade entre as duas nações para encontrar uma solução pacífica, o governo de Sua Majestade Britânica resolveu intermediar as negociações para que o conflito armado cessasse. No entanto, aos ingleses não era interessante que a região da Cisplatina fosse incorporada pelo governo de Buenos Aires, o que poderia acarretar maior poder daquele governo na área e prejudicar os negócios britânicos na região. O retorno da área ao Império do Brasil era uma solução impensada já que a resistência da população local ao domínio brasileiro era evidente, e a própria Inglaterra não pretendia fortalecer o Brasil na região.

Dessa forma, a solução adotada para resolver os conflitos na região foi a Convenção Preliminar de Paz, assinada em dezembro de 1828, no Rio de Janeiro, em que foi criado um novo país, a República Oriental do Uruguai.

Saiba Mais

A oposição ao Imperador aumentou, junto com as críticas ao seu autoritarismo. Chegando a ser acusado de ser responsável pelo assassinato do jornalista de oposição Libero Badaró, o Imperador viu sua popularidade se reduzir ainda mais, ao ponto de provocar uma violenta briga no Centro da Cidade do Rio de Janeiro entre seus partidários e seus críticos, conhecida como Noite das Garrafadas.

A gota d'água vem quando D. Pedro demite todo um gabinete ministerial que tinha acabado de ser admitido. Insatisfeitas, cerca de 8 mil pessoas fizeram uma manifestação em frente ao Parlamento Brasileiro, que ficava no Campo de Santana, no Centro da Cidade do Rio de Janeiro. Se D. Pedro readmitisse o ministério, como queriam os que protestavam, daria um sinal de fraqueza. Se mandasse as tropas reprimir os manifestantes, avaliou que até corria o risco de não ser obedecido. Pressionado, o Imperador adotou a estratégia típica dos monarcas que se viam enfraquecidos: em nome da continuidade da monarquia e principalmente da sua dinastia, abdicou, isto é, abriu mão da Coroa Brasileira. Até o final do século XIX, esse movimento que culminou na abdicação do Imperador ficaria conhecido como a Revolução do Sete de Abril.



Saiba Mais

Abdicação x Revolução

Ao considerar a saída de D. Pedro I do trono brasileiro como uma abdicação, se atribui o gesto a uma vontade pessoal. Ao mesmo tempo, a noção de abdicação esvazia a participação de vários grupos insatisfeitos com o Imperador nesse processo. Aqueles que viveram esses acontecimentos, em um primeiro momento, preferiram o termo “revolução” para designá-lo, destacando assim a participação e a pressão social contra o Imperador.

D. Pedro seguiria para a Europa, onde precisou lutar para recuperar a Coroa Portuguesa, para logo depois entregá-la à filha mais velha, D. Maria da Glória, que governaria com o título de D. Maria II. Porém, deixou a Coroa Brasileira ao seu filho mais velho, D. Pedro II, que, por ocasião da abdicação, tinha apenas 5 anos de idade.

Como uma criança poderia governar o país? Como isso não era possível, a solução foi seguir a Constituição e iniciar as regências. Enquanto o jovem imperador não pudesse governar, os regentes governariam em seu lugar.

As regências (1831-1840)

O período regencial inaugurado com a abdicação de D. Pedro I em 7 de abril de 1831 é um momento importantíssimo da história brasileira no século XIX. Sacudido de norte a sul por revoltas, foram experimentados em menos de uma década diferentes formas de organizar o país. Por isso, talvez uma das melhores definições do período é a de que ele foi um “grande laboratório”: monarquia, república, eleições diretas, centralização, descentralização, unidade, fragmentação, fim da escravidão. Tudo isso foi debatido naqueles anos.



Importante

As regências e os regentes

Regência Trina Provisória (07 de abril a 7 de junho de 1831): Senador Campos Vergueiro; Senador Carneiro de Campos e Brigadeiro Francisco de Lima e Silva.

Regência Trina Permanente (1831-1835): Brigadeiro Francisco de Lima e Silva; Deputado João Braúlio Muniz (representante das províncias do Norte) e Deputado José da Costa Silva (representante províncias do Sul).

Regência Una do Padre Diego Antônio Feijó (1835-1837).

Regência Una de Pedro de Araújo Lima (1837-1840) – Regresso Conservador.

Três marcos são importantes para entendermos esse período tão rico:

1. Como começou? A **Abdicação** ou Revolução do Sete de Abril de 1831 é o período que inicia as Regências. Mais do que o Sete de Setembro de 1822, o Sete de Abril é considerado como uma verdadeira independência, pois afastou o risco de uma recolonização.
2. Como terminou? O período foi concluído com o episódio conhecido como **Golpe da Maioridade**, em 1840, quando se antecipou a maioridade do Imperador Pedro II. O parlamento aprovou uma lei que considerava D. Pedro II com a maturidade necessária para governar, com 14 para 15 anos de idade. O parlamento não fez isso espontaneamente: foi pressionado por uma pequena multidão que se reuniu no mesmo lugar onde, 9 anos antes, D. Pedro I se viu acuado. Para os que protestavam, só D. Pedro II poderia preservar a unidade do país, ameaçada pelo separatismo; conservar a monarquia, criticada por movimentos republicanos; e para parte da elite política imperial, manter a ordem escravista que estava sendo questionada.
3. O divisor de águas: Em 1834, o parlamento aprovou o **Ato Adicional**. Esta medida poderia ser entendida hoje como uma emenda constitucional, isto é, uma alteração à Constituição de 1824. O aspecto mais importante do ato foi alterar a organização do Império. Se a Constituição de 1824 promovia a centralização, isto é, o fortalecimento do poder da Capital imperial limitando a capacidade das províncias produzirem suas leis, o Ato realizava o contrário, isto é, promovia a descentralização, permitindo uma maior autonomia para as províncias.

Principais medidas do Ato Adicional:

- Transformação das Assembleias Provinciais em Assembleias Legislativas Provinciais: maior autonomia;
- Criação do Município neutro do Rio de Janeiro;
- Suspensão do Poder Moderador e do Conselho de Estado durante a Regência;
- Substituição da Regência Trina pela Regência Una, com o regente escolhido pelas Assembleias provinciais com mandato de 4 anos.



Antes do Ato Adicional, três grupos apresentavam diferentes projetos para o Império:

- **Liberais moderados** – Conhecidos como “Chimangos”, queriam uma monarquia descentralizada, com autonomia para as províncias. Foi o principal grupo que atuou na aprovação do Ato Adicional, com destaque para o Padre Feijó.
- **Liberais Exaltados** – Conhecidos como “Farroupilhas” ou “Jurujubas”, defendiam a adoção de uma república e uma grande autonomia para as províncias.
- **Restauradores** – Apelidados de “Caramurus”, consideravam que o melhor para o país era a adoção de uma monarquia centralizada, com a volta de D. Pedro I.

O grupo político que assumiu a Regência em seus primeiros anos foram os Liberais Moderados, por estarem melhor constituídos – os Moderados estavam organizados desde 1826 – e já se encontravam instalados na estrutura política estatal do Império brasileiro, diferentemente dos Exaltados que estavam fora da estrutura política imperial. Os Restauradores eram o grande grupo de oposição aos Moderados, pois defendiam a manutenção das organizações políticas construídas por D. Pedro I. Os Liberais ficaram no poder até o ano de 1837. Portanto, de 1831 a 1837 este período ficou conhecido como "momento liberal". Foi neste período que medidas que visavam a uma maior descentralização política foram implementadas. Além do **Ato Adicional de 1834**, relatado acima, os liberais implementaram o **Código do Processo Criminal de 1832** e estabeleceram a criação da **Guarda Nacional**.

Saiba Mais

Guarda Nacional

A Guarda Nacional foi criada no período regencial, em 1831, pelo ministro da Justiça, Padre Feijó. Oficialmente extinta em 1922, a Guarda procurava esvaziar o exército brasileiro que desde a independência era composto por mercenários estrangeiros. Como muitos desses mercenários não recebiam a remuneração que havia sido combinada, o Exército era um foco constante de tensões, com o risco de revoltas entre as tropas. O Exército brasileiro só voltaria a ser reorganizado e fortalecido durante a Guerra do Paraguai (1864-1870).

A Guarda seria organizada a partir dos municípios do país. Normalmente, um proprietário rural recebia a patente de “Coronel” e tinha a responsabilidade de organizar a instituição na região. Assim, os proprietários rurais que já detinham o poder econômico passaram a ter também o poder militar, com jagunços armados leais sob seu comando. Daí, para intervir na política foi um passo: valendo-se da sua condição, os coronéis indicavam candidatos ou se candidatavam diretamente, utilizando-se da troca de favores, da intimidação ou de fraudes para vencer as eleições.

Com o tempo, a expressão coronel deixou de ser exclusiva dos detentores da patente da Guarda Nacional e passou a designar os detentores do poder local, grandes proprietários rurais, em todo país. Mais ainda, criaria um sistema de dominação desses proprietários conhecido como “coronelismo”.

A figura do coronel povoava o imaginário nacional. Na literatura, na televisão ou em filmes, esse é um personagem conhecido. Você se lembra de algum? Consegue reconhecer as características descritas no personagem?

A partir do ano de 1835, as forças políticas do período Regencial se reorganizam, sendo o Ato Adicional de 1834 o grande responsável por esta reorganização. A seguir, os três grupos políticos:

- **Progressistas** – Queriam a continuidade do Ato Adicional, isto é, defendiam a descentralização.
- **Regressistas** – Queriam o retorno à centralização, prevista pela Constituição de 1824.
- **Revoltosos** – Insatisfeitos com o governo regencial, com a monarquia, a escravidão e querendo maior autonomia, partiram para as revoltas nas províncias.

As revoltas regências que passaram a eclodir em todo o território nacional deram força para que o grupo político dos Regressistas ganhasse força e tomasse o Estado. Em 1837, tem início o período conhecido como "Regresso Conservador" que provocará a retomada da centralização política no Estado Imperial. Foram os Conservadores responsáveis pela "consolidação monárquica", isto é, fortaleceram as estruturas estatais, projetaram e construíram os elementos que deram forma à identidade nacional e garantiram a vitória do projeto político centralista, iniciado no Primeiro Reinado por D. Pedro I.

Os Regressistas e a formação nacional

Foram os Regressistas os principais articuladores do projeto de formação de uma identidade. A partir das manobras políticas, comandadas pelo Regente Uno, Pedro de Araújo nacional Lima, que percebia a restauração da ordem como elemento político primordial para o exercício da liberdade, pensada enquanto autoridade, os conservadores se apressaram em preparar o novo Estado e com ele os órgãos de assessoria, pois prenunciavam o fim da Regência.

Iniciou-se o estabelecimento destas instituições com a criação do Arquivo Nacional, em 2 de janeiro de 1838, depois com a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), e com a fundação do Colégio Pedro II, em 2 de dezembro (aniversário de D. Pedro II) do ano anterior – o último, fundado por Bernardo Pereira de Vasconcellos, um dos mais atuantes políticos da ala Conservadora. Todos com a incumbência de formar a inteligência nacional para os tempos vindouros.

Em um momento político em que a grande questão girava em torno da construção do Brasil como nação independente, o Instituto Histórico, o Arquivo Nacional e o Colégio Pedro II foram sendo direcionados para se constituírem como referências autenticadoras da nação. Cada órgão tinha um papel definido neste projeto.

Ao Arquivo Nacional, cabia a guarda da documentação oficial do Império do Brasil; ao IHGB, o espaço de referência da oficialidade, detentora dos anseios civilizacionais brasileiros e lugar de legitimação das narrativas históricas que autenticavam a nação; ao Colégio Pedro II, a formação "dos capacitados do Brasil", isto é, a educação básica para a formação da elite política imperial.





Saiba Mais



Figura 10: Bernardo Pereira de Vasconcelos, fundador do Colégio Pedro II.

Atividade
3

(Unicamp) "Dois partidos lutam hoje em nossa pátria: o Restaurador e o Moderado. O primeiro foi leal ao monarca que abdicou e defende os inquestionáveis direitos do Sr. Pedro II. O segundo é partidário do sistema republicano e quer reduzir o Brasil a inúmeras Repúblicas 'fracas' e 'pequenas', e, assim, seus membros poderiam tornar-se seus futuros ditadores."

(Adaptado do jornal O CARAMURU de 12 de abril de 1832, citado por Arnaldo Contier, Imprensa e Ideologia em São Paulo, 1979)

A partir do texto, responda:

- a. Em que período da história política do Brasil o texto foi escrito?
- b. Qual o regime político defendido pelos partidos citados no texto?
- c. Quais são as críticas que o jornal O CARAMURU faz ao Partido Moderado?

As Revoltas Regenciais



Figura 11: Os movimentos sociais no período Regencial.

Basicamente, as revoltas podem ser divididas em dois grupos a partir da sua composição social: as elitistas e as populares. De um modo geral, enquanto as primeiras defendiam o separatismo do império e a adoção do modelo republicano, o caráter social das demais se manifestava, por exemplo, na crítica à escravidão.

Foi na crítica às revoltas que se consolidou o entendimento de que elas ameaçam três pilares que deveriam ser preservados: a unidade territorial, a monarquia e a escravidão. Dessa forma, a partir da Capital – o Rio de Janeiro – e sob o comando dos regressistas, as revoltas foram fortemente combatidas.

Separatismo	X	Unidade Territorial
República	X	Monarquia
Fim da Escravidão	X	Escravidão

Vamos conhecer essas revoltas um pouco melhor.

Farroupilha (1835-1845) – Rio Grande do Sul e Santa Catarina



Figura 12: Carga de cavalaria Farroupilha, Guilherme Litrano.

A Farroupilha foi a mais longa das revoltas do período regencial, e o Rio Grande do Sul chegou a se declarar uma república independente. O nome não tem relação com o uso de farrapos nas roupas, mas sim à radicalização política desse grupo naquele período.

A província gaúcha tinha sua economia baseada na produção do charque, tipo de carne semelhante à carne seca. Dentre suas causas, se encontravam as dificuldades econômicas dos produtores rurais, em especial, os estancieiros, pecuaristas, donos das grandes propriedades dedicadas à produção de charque – as estâncias. Os estancieiros sofriam a concorrência de produtores do Uruguai e da Argentina e dos estancieiros da fronteira Brasil-Uruguai, que queriam eliminar ou reduzir as taxas sobre o gado, propiciando livre circulação dos rebanhos.

Os objetivos dos estancieiros era a obtenção de maior liberdade administrativa para a província, garantindo o lucro das estâncias. O governo Imperial impôs uma derrota militar seguida de acordo de paz, assegurando que os fazendeiros gaúchos não seriam punidos e receberiam anistia do imperador; os soldados farroupilhas seriam incorporados ao exército imperial, e os escravos fugitivos que lutaram ao lado dos farroupilhas teriam direito à liberdade.

Sabinada (1837) – Bahia



Figura 13: Militares e Funcionários portugueses, Jean Baptiste Debret.

A Sabinada foi um movimento de oposição ao governo regencial. Foi realizada por homens letRADos e de posses da cidade de Salvador que pretendiam criar uma república na provÍncia, enquanto D. Pedro II fosse menor de idade. Os revoltosos chegaram a tomar o poder, mas os fazendeiros que os apoiavam, temerosos com as declarações de que o governo provisório da provÍncia concederia liberdade aos escravos que lutasseM ao lado dos rebeldes, abandonaram o movimento e passaram a ajudar as forças imperiais enviadas para combater a revolta; a repressão foi muito violenta, mas os lÍderes do movimento nOo foram mortos.

Revolta dos Malês (1835) – Bahia

A revolta foi uma luta contra a escravidão em Salvador realizada por escravos africanos conhecidos como malês, muitos dos quais eram muçulmanos vindos do norte da África. Essa região africana passou por dois processos: o de arabização, a expansão da cultura árabe, e o de islamização, a expansão da religião islâmica. Os praticantes do islamismo são obrigados em muitos países a ler o livro sagrado da religião, o Alcorão, pelo menos uma vez na vida. Com isso, muitos sabiam ler e escrever em árabe, uma escrita incompreensível para proprietários de escravos e autoridades. Assim, organizaram uma luta contra os donos de escravos para conseguir a liberdade.

O movimento foi traído, o que permitiu que o efeito surpresa fosse perdido. No entanto, os malês nOo desistiram e mesmo assim se rebelaram. Houve a derrota e prisão dos revoltosos; alguns foram condenados a açoite em público e fuzilamento. Apesar da derrota, o movimento malê provocou alarme na classe senhorial: o medo da *haitinização*, isto é, que o país fosse tomado pelos escravos africanos. Como medida de segurança, as autoridades imperiais proibiram a circulação à noite de escravos africanos pelas ruas da capital baiana, bem como a prática de suas cerimônias religiosas.

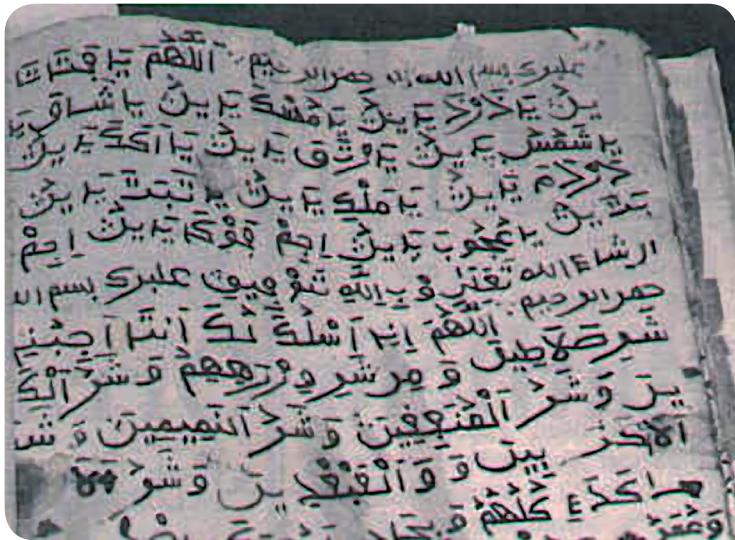


Figura 14: Trecho de documento dos Malês. Arquivo Histórico da Bahia.

Saiba Mais

O termo *haitinização* faz referência ao movimento de independência do Haiti em 1791. Naquele ano, a ilha, que era colônia da França, teve um levante de escravos africanos liderados por Toussaint Louverture que acabou por desencadear na emancipação política. Influenciados pelos ideais da Revolução Francesa de liberdade, igualdade e fraternidade, os negros tomaram a ilha e mataram todos os homens brancos da ilha. A independência haitiana deteve uma enorme repercussão em todo continente americano. Aos senhores de escravos de toda a América, o Haiti deixou um sinal: não era possível dominar o africano escravizado por completo, era preciso também negociar com ele condições que amenizassem o sofrimento da escravidão; ou então, o risco da *haitinização* poderia bater à sua porta.

Cabanagem (1835-1840) – Grão-Pará, atual Pará

A Cabanagem foi uma revolta popular ocorrida no Pará contra a situação de miséria da população e contra os responsáveis por sua exploração. Os Cabanos eram homens e mulheres pobres, negros, índios e mestiços que trabalhavam na extração de produtos da floresta e viviam em casas semelhantes a cabanas. Inicialmente foram apoiados por alguns fazendeiros, descontentes com a política centralizadora do governo imperial, que se afastaram devido ao interesse dos cabanos em acabar com a escravidão e dividir terras. Dentre os objetivos da revolta, se encontrava tomar o poder na província e tentar pôr fim às injustiças sociais. Os cabanos conseguiram tomar o poder, mas tiveram grande dificuldade em governar. Desorganização, divergências entre os líderes e traição facilitaram a repressão violenta. Mais de 30 mil revoltosos foram mortos.



Figura 15: Paisagem frequentada pelos rebeldes cabanos durante o movimento. Johann Bachta.

Balaiada (1838-1841) – Maranhão



Figura 16: A Balaiada.

A economia agrária da província atravessou uma grave crise causada pela queda do preço do seu principal produto, o algodão. Isso aconteceu pela perda de compradores no exterior, devido à concorrência do algodão produzido no sul dos Estados Unidos. Assim, a miséria atingiu grande parte da população, como vaqueiros, sertanejos e libertos. A estes se juntaram profissionais urbanos, o chamado “grupo dos bem-te-vis”. A Balaiada foi uma luta contra a miséria, a fome, a escravidão e os maus-tratos a que essas pessoas eram submetidas. O governo central enviou tropas para combater os rebeldes, que conquistaram a cidade de Caxias; os bem-te-vis, temendo os setores populares, já haviam abandonado os sertanejos e apoiavam as tropas governamentais. Após combates violentos, os revoltosos foram derrotados. As estimativas indicam que morreram cerca de 12 mil sertanejos e escravos.

Multimídia

Museu Imperial

Sarau Imperial
Dramatização interativa de uma atividade típica de lazer do século XIX.
[MAIS...](#)

Bem-vindos ao Museu Imperial

NOVIDADES IMPERIAIS

- Casa de Cláudio de Souza recebe tea...
 Casa de Cláudio de Souza recebe teatro e exposição dos alunos da Jornada... [LEIA MAIS](#)
22 Set 2014
- Museu Imperial está colocado entre...
 Museu Imperial está colocado entre os melhores museus da América do Sul. Na última... [LEIA MAIS](#)
17 Set 2014
- Casa de Cláudio de Souza recebe pal...
 Casa de Cláudio de Souza recebe palestra sobre Africâncias. No próximo dia 23 de... [LEIA MAIS](#)
17 Set 2014

COMPLEXO PALÁCIO IMPERIAL

- > Arquivo Histórico
- > Biblioteca
- > Conservação e Restauração

RESTAUROS

- > Pórtico de cantaria
- > Berlinda de aparato de d. Pedro II

Figura 17

O site do Museu Imperial detém inúmeras fontes, imagens e vídeos sobre o período monárquico brasileiro. Vale a pena conferir! Acesse: <http://www.museuimperial.gov.br/>

Visite também o site “Detetives do Passado” organizado por Keila Grinberg e Anita Correia. Lá você poderá conhecer um pouco mais sobre a escravidão através de jogos e trabalhos com fontes. Acesse:

Resumo

- A soberania é a capacidade de fazer e desfazer leis que é exercida por um Estado.
- A organização do estado Brasileiro se deu em meio a disputas e confrontamentos, não raro violentos, entre diferentes projetos e grupos sociais.
- Ao término das disputas, prevaleceu um modelo baseado na unidade territorial, na monarquia centralizada e na permanência da escravidão africana.
- O período regencial pode ser entendido como um grande laboratório, no qual diferentes experiências de organização política foram tentadas.
- As Revoltas Provinciais podem ser divididas em dois grupos: as revoltas elitistas e as populares.
- Em seu conjunto, as Revoltas Provinciais ameaçaram a unidade territorial, a monarquia e a escravidão.

Veja ainda

Filmes

Independência ou Morte. *Direção de Carlos Coimbra.* Brasil, 1972. Drama, 108 min. Elenco: Tarcísio Meira, Glória Meneses, Emiliano Queiroz e Monique Lafound.

O filme retrata o processo de Independência do Brasil, bem como o governo de D. Pedro I como Imperador do Brasil.

Memórias do Cativeiro. *Direção e montagem de Guilherme Fernandes e Isabel Castro.* Direção acadêmica de Hebe Mattos e Martha Abreu, 2005. Documentário, 40 min.

O documentário é um produto cultural sem fins lucrativos do LABHOI-UFF desenvolvido com base nos depoimentos orais de camponeses negros nascidos nas antigas áreas cafeeiras do sudeste brasileiro nas primeiras décadas do século XX, descendentes de antigos escravos chegados da África na região durante a primeira metade do século XIX, gravados por diferentes pesquisadores em fita K7 entre 1988 e 1998 e depositados no arquivo oral do Laboratório de História Oral e Imagem da Universidade Federal Fluminense (LABHOI/UFF).

Livros

- CARVALHO, José Murilo de. *D. Pedro II*. São Paulo: Cia das Letras, 2006.
- LUSTOSA, Isabel. *D. Pedro I: um herói sem nenhum caráter*. São Paulo: Cia das Letras, 2006.
- MATTOS, Hebe. *Escravidão e Cidadania no Brasil Monárquico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- MOREL, Marco. *O período das Regências (1831-1840)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. "Vida Política". In: SILVA, Alberto da Costa e. (org.). *História do Brasil Nação: 1808-2010*. Vol.1: Crise colonial e Independência, 1808-1830. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.
- REIS, João José e SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito. A resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- RIOS, Ana Maria Lugão e MATTOS, Hebe. *Memórias do Cativeiro: família, trabalho e cidadania no pós-abolição*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- SOUZA, Iara Lis C. *A Independência do Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- RIBEIRO, Gladys Sabina e PEREIRA, Vantuil. "O Primeiro Reinado em Revisão" In: GRINBERG, Keila & SALLES, Ricardo. *O Brasil Imperial, Volume I – 1808-1831*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, pp.137-173

Imagens

Figura 1: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/f/f3/Pedro_I_por_Henrique_Jos%C3%A9_da_Silva.jpg

Figura 2: <http://portaldoprofessor.mec.gov.br/fichaTecnicaAula.html?aula=25693>

Figura 3: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Confederacao_equador_1824_exercito_imperial.jpg

Figura 4: http://www.multirio.rj.gov.br/historia/modulo02/repressao_equador.html

Figura 5: <http://postmania.org/a-escravidao-em-imagens/>

Figura 6: http://www.brasiliiana.usp.br/bbd/bitstream/handle/1918/011391-053/011391_IMAGEM_053.jpg

Figura 7: <http://portaldoprofessor.mec.gov.br/fichaTecnicaAula.html?aula=26665>

Figura 8: <http://maracatu.org.br/o-maracatu/historia/>

Figura 9: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/d/d0/Juan_Manuel_Blanes_-_El_Juramento_de_los_Treinta_y_Tres_Orientales.jpg

Figura 10: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/a/af/Bernardo_Pereira_de_Vasconcelos.jpg

Figura 11: http://www.multirio.rj.gov.br/historia/modulo02/rev_norte.html

Figura 12: http://pt.wikipedia.org/wiki/Guerra_dos_Farrapos

Figura 13: http://www.multirio.rj.gov.br/historia/modulo02/imagens/f5047_amp.html

Figura 14: <http://www.islamnatal.org/islamnobrasil.html> fora do lugar

Figura 15: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Cabanagem>

Figura 16: <http://www.geledes.org.br/images/stories/afrobrasileiros/balaiada/balaiada05.jpg>

Figura 17: <http://www.historiaunirio.com.br/numem/detetivesdopassado/>

Respostas

das

Atividades

Atividade 1

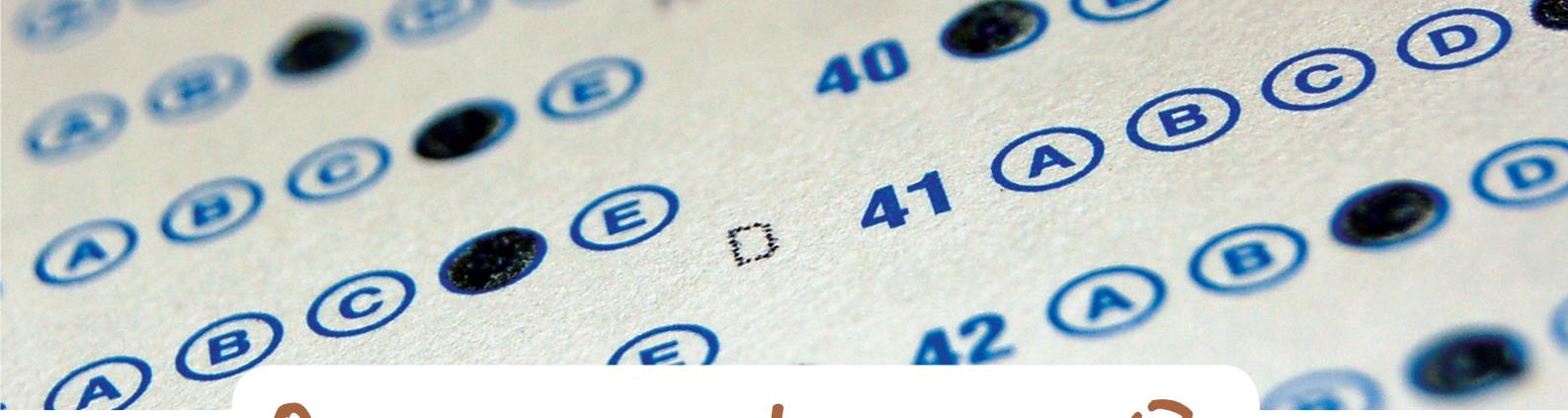
- a. Os grilhões que nos forjava/Da perfídia astuto ardil.../Houve mão mais poderosa/Zombou deles o Brasil.
- b. Brava gente brasileira!
Longe vá...temor servil
Ou ficar a pátria livre
Ou morrer pelo Brasil.

Atividade 2

- a. A religião católica
- b. Enquanto o deputado Cunha Mattos utiliza a religião para justificar a permanência da escravidão, dizendo que a Bíblia nunca condenou a escravização dos africanos, pelo contrário, apresentava provas de que o negro era merecedor da escravidão por ser descendente de Caim; o deputado D. Romualdo de Seixas, que era bispo, se opõe à interpretação de Cunha Mattos, afirmindo que a religião cristã jamais poderia compactuar com tal barbaridade, demonstrando que o bispo já partilhava dos novos preceitos de humanidade e benevolência do século XIX, oriundos do movimento iluminista.

Atividade 3

- a. O Período Regencial.
- b. O Partido Restaurador defende o regime monárquico, enquanto o Partido Moderado defende o regime republicano.
- c. Segundo o jornal O Caramuru, que defendia a regresso de D. Pedro I, o Partido Moderado era defensor do sistema republicano e que, caso este sistema fosse implantado no Brasil, a nação seria reduzida a "inúmeras Repúblicas 'fracas' e 'pequenas' e assim seus membros poderiam tornar-se seus futuros ditadores."



O que perguntam por aí?

Questão 1 – (ENEM 2011)

Art. 92. São excluídos de votar nas Assembleias Paroquiais.

- I. Os menores de vinte e cinco anos, nos quais não se compreendam os casados, e Oficiais Militares, que forem maiores de vinte e um anos, os Bacharéis Formados e Clérigos de Ordens Sacras.
- IV. Os Religiosos, e quaisquer que vivam em Comunidade claustral.
- V. Os que não tiverem de renda líquida anual cem mil réis por bens de raiz, indústria, comércio ou empregos.

(Constituição Política do Império do Brasil (1824) Disponível em: <http://legislacao.planalto.gov.br>. Acesso em: 27 abr. 2010 (adaptado))

A legislação espelha os conflitos políticos e sociais do contexto histórico de sua formulação. A Constituição de 1824 regulamentou o direito de voto dos “cidadãos brasileiros” com o objetivo de garantir:

- a. O fim da inspiração liberal sobre a estrutura política brasileira.
- b. A ampliação do direito de voto para maioria dos brasileiros nascidos livres.
- c. A concentração de poderes na região produtora de café, o Sudeste brasileiro.
- d. O controle do poder político nas mãos dos grandes proprietários e comerciantes.
- e. A diminuição da interferência da Igreja Católica nas decisões político-administrativas.

Gabarito: **D**

Questão 2 - (Uece)

"O período regencial foi um dos mais agitados da história política do país e também um dos mais importantes. Naqueles anos, esteve em jogo a unidade territorial do Brasil, e o centro do debate político foi dominado pelos temas da centralização ou descentralização do poder, do grau de autonomia das províncias e da organização das Forças Armadas." (FAUSTO, Boris. *HISTÓRIA DO BRASIL*. 2 ed. São Paulo: EDUSP, 1995. p. 161.)

Sobre as várias revoltas nas províncias durante o período da Regência, podemos afirmar corretamente que:

- a. eram levantes republicanos em sua maioria, que conseguiam sempre empolgar a população pobre e os escravos;
- b. a principal delas foi a Revolução Farroupilha, acontecida nas províncias do nordeste, que pretendia o retorno do Imperador D. Pedro I;
- c. podem ser vistas como respostas à política centralizadora do Império, que restringia a autonomia financeira e administrativa das províncias;
- d. em sua maioria, eram revoltas lideradas pelos grandes proprietários de terras e exigiam uma posição mais forte e centralizadora do governo imperial.

Gabarito: C

